### EDITAL DE LICITAÇÃO – FAUEPG/CONVITE N.º 001/2018

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, nos termos dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar n.º 123, publicada em 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, publicada no Diário Oficial da União em 7 de agosto de 2014.

A **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**, instituída por Escritura Pública lavrada no Cartório Correia – 2º Tabelionato – da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, às folhas 101 a 114 do livro 323-E, em 04 de dezembro de 2006, dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sem fins lucrativos e por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.574.460/0001-35, com sede na Rua Siqueira Campos, n.º 99, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná, doravante denominada **FAUEPG**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Carlos Alberto Volpi, torna público que promoverá, em condições enunciadas neste edital, licitação e contratação na forma estatuída pela Lei n.º 8.666 publicada no Diário Oficial da União em 22 de junho de 1993, alterada pela Lei n.º 8.883, publicada no Diário Oficial da União em 9 de junho de 1994, pela Lei n.º 9.648, publicada no Diário Oficial da União em 28 de maio de 1998, Lei Complementar n.º 123, publicada em 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, publicada no Diário Oficial da União em 7 de agosto de 2014; Decreto Estadual n.º 6252 de 22 de março de 2006, Decreto Estadual n.º 9762 de 19 de dezembro de 2013 e Lei Estadual n.º 15.608 publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 16 de agosto de 2007.

|  |  |
| --- | --- |
| **01 -** | DEFINIÇÃO BÁSICA |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1.1** | **Objeto**: **Contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário para Adequação de Pontos de Lógica e Elétrica da Biblioteca (Campus em Uaranas)**, conforme Planilha Orçamento dos Serviços **(ANEXO N.º 06)**, Especificação dos Serviços (**ANEXO N.º 07)** e Projetos (**ANEXO N.º 08**)**.** | |
|  | | |
| **1.2** | **Preço MáximO: R$ 42.437,80** (quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos). | |
|  | | |
| **1.3** | **Prazo de eXECUÇÃO**: até **30** (rinta) dias, conforme data definida na Ordem de Serviço, a ser expedida pela Prefeitura do Campus Universitário (PRECAM/UEPG). | |
|  | | |
| **1.4** | **Condições de Pagamento**: O pagamento será efetuado mediante medição, conforme Item 15 do presente Edital. | |
|  |  | |
| **1.5** | **LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO**: a liberação do pagamento está condicionada à regularidade fiscal da empresa, conforme Item 15 do presente Edital | |
|  |  | |
| **1.6** | **Prazo de Validade da proposta:** O Prazo de Validade da Proposta não poderá ser inferior a **180 (cento e oitenta) dias** corridos, contados a partir da abertura do **ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTAS**. | |
|  | | |
| **1.7** | **Forma de julgamento:** O julgamento das Propostas será pelo menor valor global, resultado da aplicação do percentual de desconto sobre o valor máximo atribuído para esta  licitação. O percentual de desconto proposto deverá incidir linearmente  sobre todos os preços unitários e BDI constantes da planilha de serviços (**ANEXO  N.º 06**) e demais valores glosados/aditados durante a execução do contrato, em  escrita observância a todas as descrições previstas neste Edital e seus  Anexos, sob pena de desclassificação, sendo que, para fins de classificação  final das propostas será utilizado o menor valor proposto. | |
|  | | |
| **1.8** | **Modalidade da Licitação:** CONVITE | |
|  | | |
| **1.9** | **Origem dos Recursos Financeiros:** Recursos Próprios da FAUEPG. | |
|  | | |
| **1.10** | | **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço |
|  | | |
| **1.11** | | **RETIRADA DO EDITAL E ELEMENTOS INSTRUTORES (PROJETO):** será na FAUEPG, sito à Rua Siqueira Campos, n.º 99, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná– Fone 0\*\* (42) 3220-3497 ou 3028-6453, de 2ª a 6ª feira, das 9h30 às 11h30 e das 14h às 17h, ou pela INTERNET no endereço **www.fauepg.org.br.** |

|  |  |
| --- | --- |
| **1.12** | **Entrega dos Envelopes DocumentAÇÃO E Proposta:** deverão ser entregues e protocolados até às **9h30 do dia 5/2/2018** na FAUEPG, sito à Rua Siqueira Campos, n.º 99, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná. |
|  | **Obs.** Para aferição do horário de entrega dos envelopes considerar–se–á o horário de Brasília (hora oficial do Brasil). Os que forem entregues após o horário estabelecido serão devolvidos fechados, depois de protocolados, ao respectivo proponente. |
|  | Será permitida a participação via postal (correio), devendo ser encaminhados em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, a DOCUMENTAÇÃO e a PROPOSTA, recebidos para protocolo na FAUEPG até a data e o horário acima previstos. |

|  |  |
| --- | --- |
| **1.13** | **ABERTURA dos Envelopes DE PROPOSTAS: 9h30 do dia 5/2/2018.** A abertura dos envelopes contendo as PROPOSTAS, ocorrerá nas dependências da FAUEPG, sito à Rua Siqueira Campos, n.º 99, Bairro Uvaranas, 84.031-030- Ponta Grossa - PR - Tel. (42) 3220-3497. |

|  |  |
| --- | --- |
|  | **1.13.1** Na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação declarará aberta a sessão e anunciará o nome das licitantes que apresentaram envelopes, momento em que não caberá desistência da proposta. |
|  |  |
|  | **1.13.2** Na sequência, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos ENVELOPES N.º 01 - PROPOSTAS, facultando às licitantes rubricá-las. Examinados as propostas, a Comissão de Licitação lavrará ata própria, observadas as normas de licitação. |
|  |  |
|  | **1.13.3** Na oportunidade de divulgação das empresas Classificadas, será informado também a data da abertura dos envelopes de DOCUMENTAÇÃO. |
|  |  |
|  | **13.3.3.1** Havendo desistência expressa, devidamente consignada em Ata de todos os interessados em **recorrer da fase de julgamento das propostas**, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação fará a abertura dos envelopes de DOCUMENTAÇÃO na mesma sessão pública. |

|  |  |
| --- | --- |
| **02 -** | DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO |

**2.1** A impugnação ao presente edital poderá ser feita até às 17h horas do **2º (segundo) dia útil anterior** à data fixada para a realização da sessão pública do Convite, por **qualquer cidadão** e/ou **pretenso licitante**.

**2.2** A impugnação ao ato convocatório do presente processo, deverá ser encaminhada, por escrito, motivadamente, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, protocolizando pedido na FAUEPG, sito à Rua Siqueira Campos, n.º 99, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná, no horário das 9h30 às 11h30 e das 14h às 17h, cabendo ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação decidir sobre o mesmo, no prazo de 03 (três) dias úteis.

**2.3** Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**2.4** Não serão conhecidos pedidos de esclarecimentos ou impugnações, protocolizados fora dos respectivos prazos legais.

**3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

3.1 Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 a presente licitação é destinada à **exclusiva participação de Microempresas e Empesas de Pequeno Porte**.

3.1.1 Consideram-se Microempresas e Empresas de Pequeno Porte aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3.º da lei Complementar n.º 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4.º do referido art. 3.º.

3.1.2 Para fins de comprovação da condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descritas no art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, as licitantes deverão apresentar a declaração contida no **ANEXO N.º 04** deste Edital juntamente com os documentos listados no item 5.9 do edital. (**APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES**).

3.2 Poderão participar da presente licitação **EXCLUSIVAMENTE** Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte, desde que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação.

3.3 **Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários**:

I – O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II – A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III – Servidor ou dirigente da Fundação de Apoio a Universidade Estadual de Ponta Grossa;

IV – Aquele que exerceu ou exerce função pública e participou, direta ou indiretamente, da elaboração do projeto básico ou do projeto executivo ou da elaboração do edital de licitação.

V - As pessoas físicas;

VI - Empresas interessadas que se encontrem em processo de falência, de dissolução, de recuperação judicial ou extrajudicial;

VII – Empresas que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Fundação de Apoio a Universidade Estadual de Ponta Grossa;

VIII – Empresas que tenham sido declaradas **inidôneas** para licitar ou contratar com a Administração Pública;

IX – Consórcio de empresas.

3.3.1 É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o item II, na licitação ou execução da obra ou serviço, exclusivamente no interesse da Fundação de Apoio a Universidade Estadual de Ponta Grossa, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

4.3.2 O disposto neste item não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Fundação de Apoio a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

4.3.3 Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. Aplica-se também aos membros da comissão de licitação.

**04 - PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE N.º 01)**

**4.1** A Proposta Comercial deverá ser emitida por computador ou datilografada, de preferência, em uma única via, redigida com clareza, conforme modelo do **ANEXO N.º 02** ou em documento similar emitido pela Licitante, em envelope lacrado, e deverá conter:

1. Assinatura do Representante Legal da empresa proponente, estar identificada, datada, rubricada nas folhas e anexos, não conter emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; e
2. Assinatura do Responsável Técnico, com indicação do Título Profissional e número da Carteira Profissional, consoante art.14 da Lei n.º 5.194/66;
3. Deverá apresentar o **percentual de desconto**, indicado em algarismos e por extenso. No percentual de desconto, será considerado até a segunda casa decimal, inclusive;

**ATENÇÃO:** O percentual de desconto proposto deverá incidir linearmente sobre todos os preços unitários e BDI constantes da planilha de serviços (**ANEXO N.º 06**) e demais valores glosados/aditados durante a execução do contrato, em estrita observância a todas as descrições previstas neste Edital e seus Anexos, sob pena de desclassificação, sendo que, para fins de classificação final das propostas será utilizado o menor valor proposto;

1. Deverá apresentar o **preço global (material e mão de obra),** indicado em algarismos e por extenso, resultado da aplicação do percentual de desconto proposto na alínea “c)”, que incidirá sobre o valor máximo atribuído para esta licitação**;**
2. Prazo de Execução: até 30 (trinta) dias, conforme data definida na Ordem de Serviço, a ser expedida pela Prefeitura do Campus Universitário (PRECAM/UEPG);
3. Prazo de Validade da Proposta: O Prazo de Validade da Proposta não poderá ser inferior a **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da abertura dos envelopes de propostas, sendo que no caso de omissão quanto ao prazo de validade este será considerado em seu mínimo **180 (cento e oitenta)** dias corridos;
4. Declaração de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 3° da Lei Complementar n.º 123/2006;

**4.2** No preço e desconto proposto, a licitante deverá levar em conta todas as despesas com materiais de construção, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, mão de obra, transportes, ferramentas, equipamentos, taxas de administração, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto do presente certame.

**4.3** Nas propostas formuladas, caso haja qualquer divergência (inclusive de grafia) entre o **valor global** e o **percentual de desconto**, prevalecerão sempre os menores valores, sendo que as divergências observadas entre tais valores poderão ser corrigidas a qualquer tempo, sem prejuízo da validade da proposta, desde que aceito o critério do menor valor.

**4.4** Qualquer vantagem adicional oferecida, não prevista neste edital, será desconsiderada para efeito de classificação. No entanto, obrigará a proponente, nos termos de sua proposta.

|  |  |
| --- | --- |
| **4.5** | Os documentos de proposta deverão ser apresentados em envelope fechado na forma seguinte: |

|  |
| --- |
| **ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA** |
| LICITAÇÃO – FAUEPG – CONVITE N.º 001/2018 |
| OBJETO: |
| DATA: HORÁRIO: |
| NOME DA PROPONENTE: CNPJ: |
| ENDEREÇO: FONE: |

|  |  |
| --- | --- |
| **4.6** | A apresentação do ENVELOPE N.º 01– PROPOSTA faz prova de que a proponente: |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | a) | Tomou conhecimento de todas as informações, elementos instrutores e das condições locais para o cumprimento das obrigações da licitação; |
|  | b) | Aceita os termos deste Edital. |

|  |  |
| --- | --- |
| **05 -** | **HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS (ENVELOPE N.º 02)** |

|  |  |
| --- | --- |
|  | A habilitação das proponentes condiciona-se à apresentação dos seguintes documentos: |

|  |  |
| --- | --- |
| **5.1** | **HABILITAÇÃO JURÍDICA** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | a) | No caso de empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; |
|  | b) | Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresariais ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; |
|  | c) | No caso de sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; |
|  | d) | Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. |
|  |  |  |
|  |  | **OBS:** Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações **ou** da consolidação respectiva. |

|  |  |
| --- | --- |
| **5.2** | **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, mediante apresentação dos seguintes documentos: |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | a) | Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); |
|  | b) | Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, que será verificado em conjunto com o item 5.1 a), b), c) ou d). |
|  | c) | **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, conforme Portaria Conjunta da PGFN/RFB n.° 1.751, de 02/10/2014. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de **60 (sessenta) dias** da data de abertura desta licitação; |
|  | d) | **Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Estado (Tributos Estaduais)** onde for sediada a empresa. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de **60 (sessenta) dias** da data de abertura desta licitação; |
|  | e) | **Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Município (Tributos Municipais)** onde for sediada a empresa. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de **60 (sessenta) dias** da data de abertura desta licitação; |
|  | f) | **Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal. O certificado deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data de abertura desta licitação; |
|  | g) | **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente ([http://www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br/)), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei n.º 12.440/11. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data de abertura desta licitação. |

|  |  |
| --- | --- |
| **5.3** | **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** |

1. Prova de inscrição ou registro da **licitante**, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA competente da região a que estiver vinculada **ou** no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;
2. Comprovante que a empresa está habilitada ao exercício de atividade relacionada com o objeto da licitação (a própria Certidão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA **ou** do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU indica a (s) área (s) da engenharia que a licitante está qualificada a atuar);
3. A licitante que for sediada em outra região que não o Paraná, deverá apresentar comprovante de visto do CREA/PR, de acordo com a Resolução n.º 413, de 27 de junho de 1997, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, **quando da assinatura do Contrato, caso a licitante seja a vencedora da licitação**;
4. **Qualificação Técnica Profissional** - A licitante deverá comprovar (por uma das formas indicadas na alínea “e”) que possui **em seu corpo técnico**, na data de abertura da licitação, **profissional(is) de nível superior** ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA **ou** pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados **ou** no CAU, **acompanhados(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT**, expedidas por estes Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou mesmo, para empresa privada, serviços relativo(s) à execução de obra ou de serviços em prédio público, comercial ou industrial, com **características similares** às do objeto da presente licitação;
5. A licitante poderá **comprovar o vínculo do profissional responsável técnico** com ela, por meio de uma das seguintes formas:

e.1) Apresentação de cópia autenticada de ficha de registro de empregado **ou** de anotação na Carteira de Trabalho; **ou**

e.2) Contrato de prestação de serviços; **ou**

e.3) Através da verificação do nome do responsável técnico no ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor; **ou**

e.4) Através da declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

1. **Qualificação Técnica Operacional** - A licitante deverá apresentar 1 (um) atestado (ou declaração) de capacidade técnica (ou mais), expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da região competente **ou** no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que comprove (m) ter **a Licitante** executado em prédio público, comercial ou industrial, obra ou serviços de características semelhantes às do objeto da licitação;
2. Declaração da licitante indicando o nome, CPF, n.º do registro na entidade profissional competente, do (s) responsável (éis) técnico (s) que acompanhará (ão) a execução dos serviços de que trata o objeto desta Licitação. O (s) nome (s) do (s) responsável (éis) técnico (s) indicado (s) **deverá (ão) ser o (s) mesmo (s)** que constar (em) dos atestados de responsabilidade técnica de que tratam as alíneas acima;
3. Prova de inscrição ou registro do (s) **seu (s) responsável (éis) técnico (s**), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA competente da região a que estiver vinculado esse profissional **ou** no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;
4. Declaração datada e assinada, fornecida pelo Engenheiro e/ou Arquiteto pertencente ao quadro permanente da proponente (sócio ou profissional com vínculo empregatício indicado na alínea “g”) que será o responsável técnico pela execução do objeto da licitação, contendo sua titulação e número do Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA **ou** no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, atestando que recebeu e obteve acesso a todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais/físicas para cumprimento das obrigações do objeto da presente licitação, conforme modelo anexo. **(ANEXO N.º 01)**, **conforme item 21 do Edital**;
5. Declaração emitida pela PROPONENTE, preenchida conforme **ANEXO N.º 03** - Modelo de **DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE** deste Edital.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **5.4** | **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** | | | | |
|  |  |  | | | |
|  | a) | **Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata e Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da certidão não mencionar prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** anteriores à abertura desta licitação. | | | |
|  | b) | Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social (**2016**), já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir. | | | |
|  |  | **Observações:**  Serão considerados aceitos como **na forma da lei** o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados: | | | |
|  |  |  |  | | |
|  |  | 1) | **Sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (Sociedade Anônima):** | | |
|  |  |  | - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial. | | |
|  |  |  |  | | |
|  |  | 2) | **Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA.):** | | |
|  |  |  | - Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; **ou** | | |
|  |  |  | - Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. | | |
|  |  |  |  | | |
|  |  | 3) | **Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:** | | |
|  |  |  | - Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; **ou** | | |
|  |  |  | - Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. | | |
|  |  |  |  | | |
|  |  | 4) | **Sociedade criada no exercício em curso:** | | |
|  |  |  | - Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. | | |
|  |  |  |  | | |
|  |  | 5) | **O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.** | | |
|  |  |  |  | | |
|  |  | 6) | Os documentos listados acima **poderão** ser apresentados em sua versão eletrônica - ECD (Escrituração Contábil Digital), nos termos do Decreto n.º 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB n.º 1.420 de 19/12/2013, referentes ao SPED - Sistema Público de Escrituração Digital; **acompanhados** do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, **assinados** mediante certificado digital pelo representante legal da empresa e por Contador ou outro profissional equivalente, legalmente habilitado (com registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade) e do Termo de Autenticação (na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante), **assinado** mediante certificação digital. | | |
|  |  |  |  | | |
|  | c) | A comprovação da capacidade financeira da empresa será aferida mediante os seguintes índices: | | | |
|  |  |  | **ILG:**  **ILC:**  **GEG:**  **AC:**  **RLP:**  **PC:**  **PNC:**  **AT:** | | **Í**ndice de **L**iquidez **G**eral (AC+RLP) / (PC+PNC) **> = 0,8**  **Í**ndice de **L**iquidez **C**orrente (AC) / (PC) **> = 1,0**  **G**rau de **E**ndividamento **G**eral (PC+PNC) / (AT) **< = 0,70** onde:  **A**tivo **C**irculante  **R**ealizável a **L**ongo **P**razo  **P**assivo **C**irculante  **P**assivo **N**ão **C**irculante  **A**tivo **T**otal |
|  |  |  | |  | |
|  |  | c.1) | Tais índices (fórmulas) poderão ser calculados e apresentados em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinados por profissional responsável pela contabilidade da empresa licitante; | | |
|  |  | c.2) | Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de efetuar os cálculos. | | |
|  |  |  |  | | |
|  | d) | Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado da contratação. (exigida somente no caso de a licitante não atingir os índices solicitados na letra “c”). | | | |

**5.5** Se a licitante interessada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, eles deverão ser da filial, à exceção daqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**5.6** Todos os documentos deverão ser apresentados **em plena validade**, podendo o Presidente da Comissão Permanente de Licitação e/ou Membros, realizar consultas *on-line* via internet, para verificar a sua autenticidade.

**5.7** Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, ou cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para autenticação pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação e/ou Membros, por publicações em Órgãos da Imprensa Oficial ou impresso de sítios oficiais do órgão emissor. A autenticidade dos documentos, pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação e/ou Membros, poderá ser feita durante a sessão, desde que as cópias estejam inseridas no Envelope N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO e a licitante apresente os originais até o momento da análise de seus documentos.

**5.8** A ausência de qualquer documento ou a apresentação de certidão com data de validade expirada, no dia da abertura da licitação, determinará a inabilitação da licitante. Em nenhum caso será concedido prazo para a apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão pública, e a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação da licitante.

**MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

***5.9 DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS***

Para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e reproduzidos neste edital, a licitante deverá apresentar a **DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ANEXO N.º 04)** e os seguintes documentos:

*5.9.1 Licitantes* ***optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação*** *(***MICROEMPRESAS** ou **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE),** *regido pela Lei Complementar n.º 123/2006:*

1. *Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda,* [*http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx*](http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx)

*5.9.2 Licitantes* ***não optantes pelo Sistema Simples de Tributação*** *(***MICROEMPRESAS** ou **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE),** *regido pela Lei Complementar n.º 123/2006:*

1. *Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial* do Estado sede da pessoa jurídica, **emitida no exercício 2017**, que comprove a Condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

**5.10 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, DEVERÃO APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, todavia, nos termos do Art. 43 § 1.º da Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal (item 5.2 alíneas “a” a “g”), a Comissão Permanente de Licitação, concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**

**5.11** As certidões deverão ser entregues à Comissão de Licitação dentro do prazo acima, para efeito de posterior assinatura de contrato, sob pena de decair o direito à contratação da proponente e aplicação das sanções previstas no art. 81 c/c 87 da Lei n.º 8.666/93.

**5.12** Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal da proponente, a Comissão de Licitação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às demais proponentes através da INTERNET (**www.fauepg.org.br**). A partir da divulgação do resultado do julgamento, as proponentes terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo n.º 109 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e Artigo n.º 94 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

**5.13** Após análise da documentação apresentada, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação e seus Membros rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

**5.14** Os documentos e formulários acima serão apresentados em envelope fechado na forma seguinte:

|  |
| --- |
| **ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO** |
| LICITAÇÃO – FAUEPG – CONVITE N.º 001/2018 |
| OBJETO: |
| DATA: HORÁRIO: |
| NOME DA PROPONENTE: CNPJ: |
| ENDEREÇO: FONE: |

|  |  |
| --- | --- |
| **06 -** | **DOS LICITANTES** |

|  |  |
| --- | --- |
|  | Por força dos art. 9º e art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666/93, art. 16 da Lei Estadual n.º 15.608/07 e art. 29 da Constituição do Estado do Paraná, não poderão participar do processo licitatório: o Servidor Público Estadual, as pessoas a quem foram aplicadas as penalidades de suspensão e declaração de inidoneidade, bem como aqueles que estiverem inadimplentes com a FAUEPG. |

|  |  |
| --- | --- |
| **07 -** | **DA CESSÃO OU SUBCONTRATAÇÃO** |

|  |  |
| --- | --- |
|  | A empresa não poderá ceder ou subcontratar o objeto desta licitação a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem prévia autorização. |

|  |  |
| --- | --- |
| **08 -** | **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | O julgamento das Propostas será menor valor global, resultado da aplicação do percentual de desconto sobre o valor máximo atribuído para esta  licitação. O percentual de desconto proposto deverá incidir linearmente  sobre todos os preços unitários e BDI constantes da planilha de serviços (**ANEXO  N.º 06**) e demais valores glosados/aditados durante a execução do contrato, em  escrita observância a todas as descrições previstas neste Edital e seus  Anexos, sob pena de desclassificação, sendo que, para fins de classificação  final das propostas será utilizado o menor valor proposto. | | |
|  |  | | |
| **8.1** | Na data e horários previstos no item 1.13 do edital, os membros da Comissão Permanente de Licitação receberão a **DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ANEXO N.º 04)**, os envelopes PROPOSTAS e DOCUMENTOS, devidamente protocolados (conforme item 1.12) e será lavrada ata circunstanciada a ser assinada por todos os presentes. | | |
|  |  | | |
| **8.2** | Antes de serem abertos, os envelopes que contêm as propostas e documentos de habilitação deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e pelos licitantes ou seus representantes presentes, permanecendo lacrados. | | |
|  |  | | |
| **8.3** | Será observado o seguinte procedimento para julgamento das propostas: | | |
|  | a) | A Comissão Permanente de Licitação abrirá os envelopes contendo as propostas, facultando aos presentes rubricá-las; | |
|  | b) | A seguir verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e com o preço máximo fixado em edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis, **as que excederem o preço máximo estabelecido no ANEXO N.º 06** e que contiverem preços manifestamente inexequíveis; | |
|  |  | b.1) Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor: | |
|  |  | b.2) Para efeitos do disposto do subitem anterior, consideram-se manifestamente inexequíveis os preços cujos valores sejam, inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: | |
|  |  | I) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) orçado pela Administração, ou | |
|  |  | II) valor orçado pela Administração, conforme a Planilha Orçamento dos Serviços constante no **ANEXO N.º 06** deste edital. | |
|  | c) | Procederá ao julgamento e classificação das propostas restantes, de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; | |
|  | d) | Verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor; | |
|  |  | Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor; | |
|  | e) | Poderá a comissão optar pela suspensão dos trabalhos para análise mais acurada, se assim entender necessário. | |
|  |  | Obs. Havendo suspensão dos trabalhos, o Presidente da Comissão informará o dia, hora e local em que serão reiniciados os trabalhos, ficando cientes, desde logo, os licitantes presentes e fazendo a comunicação direta, por meio eletrônico de comunicação à distância (**www.fauepg.org.br**). | |
|  | f) | É facultada à Comissão ou autoridade superior a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, não sendo permitida, após a entrega dos documentos e propostas, a substituição ou apresentação de documentos, salvo para, a critério da Comissão Permanente de Licitação: | |
|  |  | I) | Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento dos documentos e propostas; |
|  |  | II) | Esclarecer dubiedades ou manifestos erros materiais. |
|  | g) | No caso de empate entre duas ou mais propostas a classificação se faz, obrigatória e sucessivamente, através dos seguintes critérios: | |
|  |  | I) | Aos bens produzidos no País; |
|  |  | II) | Por sorteio, para o qual todos os licitantes em empate são convocados, em ato público, a ser realizado em prazo não inferior a 5 (cinco) dias. |
|  | h) | Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais cabe desistência do licitante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão. | |
|  |  | | |
| **8.4** | É vedado a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes. | | |
|  | I) | Não será considerado qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes. | |
|  | II) | Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. | |
|  | III) | O disposto no item anterior aplica-se também às propostas que incluam mão de obra estrangeira ou importações de qualquer natureza. | |
|  | IV) | Não será ainda computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento. | |
|  |  |  | |
| **8.5** | Quando todas as propostas técnicas ou de preço forem desclassificadas ou todos os licitantes inabilitados, a Administração poderá conceder o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que levaram à sua rejeição. | | |
|  |  | | |
| **8.6** | A Comissão Permanente de Licitação poderá permitir a complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências na própria sessão pública. | | |
|  |  | | |
| **8.7** | Cumprido o disposto nos itens anteriores, a comissão procederá à leitura da ata, decidindo de imediato quaisquer reclamações que sobre esta forem apresentadas, dando em seguida por finda a licitação. | | |

|  |  |
| --- | --- |
| **9 -** | **DOS ENCARGOS DA UEPG/FAUEPG E DA LICITANTE VENCEDORA** |

**9.1** Caberá a **UEPG/FAUEPG:**

|  |  |
| --- | --- |
| I) | Permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora às suas dependências para a execução do serviço; |
| II) | Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora; |
| III) | Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio da Unidade fiscalizadora da Prefeitura do Campus Universitário – PRECAM/UEPG; |
| IV) | Impedir que terceiros executem os serviços objeto desta licitação; |
| V) | Autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido e aprovado pela Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG e aprovado pela Administração, desde que comprovada a necessidade deles; |
| VI) | Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG ou com as especificações constantes do edital e seus Anexos; |
| VII) | Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes do **ANEXO N.º 06**; |
| VIII) | Convocar, a qualquer momento, os técnicos da licitante vencedora, envolvidos no serviço, para prestar esclarecimentos ou sanar problemas; |
| IX) | Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes, por intermédio da Unidade fiscalizadora da Prefeitura do Campus – PRECAM/UEPG. |

**9.2** Caberá à **Licitante vencedora**:

|  |  |
| --- | --- |
| I) | Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público; |
| II) | Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da UEPG, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o órgão; |
| III) | Manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Universidade Estadual de Ponta Grossa; |
| IV) | Responder pelos danos causados diretamente à Administração da UEPG ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG; |
| V) | Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da UEPG, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução da obra; |
| VI) | Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na obra ou no recinto da Universidade Estadual de Ponta Grossa; |
| VII) | Assumir inteira e total responsabilidade pela execução do projeto, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas da obra a executar; |
| VIII) | Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços efetuados referentes à obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização; |
| IX) | Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente; |
| X) | Remover o entulho e todos os materiais que sobrarem, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final; |
| XI) | Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo; |
| XII) | Permitir, aos técnicos da Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG e àqueles a quem a UEPG formalmente indicar, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com a obra; |
| XIII) | Manter o Diário de Obra, conforme modelo fornecido pela PRECAM/UEPG; |
| XIV) | Comunicar à Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário; |
| XV) | Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG e pelos atrasos acarretados por essa rejeição; |
| XVI) | Responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços avençados, bem como por ensaios, testes ou provas necessárias, inclusive os mal executados; |
| XVII) | Providenciar, às suas expensas, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a fiscalização da Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG julgar necessário; |
| XVIII) | Providenciar, após o recebimento da nota de empenho, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA/PR, entregando uma via à Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG; |
| XIX) | Exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-a à Unidade de fiscalização da Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG, quando solicitado; |
| XX) | Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços avençados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos; |
| XXI) | Submeter à aprovação da Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado; |
| XXII) | Submeter à Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG, sempre que solicitado, as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução; |
| XXIII) | Solicitar, por escrito, autorização à fiscalização da PRECAM/UEPG quando da execução de serviços nos sábados, domingos e feriados; |
| XXIV) | Durante o período de garantia, a licitante vencedora deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pela UEPG, atender aos chamados da Prefeitura do Campus - PRECAM/UEPG no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial; |
| XXV) | Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos; |
| XXVI) | Remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no local da obra; |
| XXVII) | Cumprir cada uma das normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho; |
| XXVIII) | Manter, durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação; e |
| XXIX) | Demais obrigações especificadas no presente edital. |

|  |  |
| --- | --- |
| **10 -** | DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS |

**10.1** À licitante **vencedora** caberá, ainda:

|  |  |
| --- | --- |
| a) | Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a UEPG ou com a FAUEPG; |
| b) | Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Universidade Estadual de Ponta Grossa; |
| c) | Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à obra, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e |
| d) | Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação. |

**10.2** A inadimplência da **licitante**, com referência aos encargos estabelecidos na **Condição** anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **FAUEPG** e a **UEPG**, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a **licitante vencedora** renuncia expressamente a qualquer vínculo de subsidiariedade, solidariedade, ativa ou passiva, para com a **FAUEPG** e para com a **UEPG**.

|  |  |
| --- | --- |
| **11 -** | DAS OBRIGAÇÕES GERAIS |

**11.1** Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

|  |  |
| --- | --- |
| a) | Apresentação da **garantia contratual** (na forma do item 21 do edital e de acordo com o prazo de vigência do Contrato) na FAUEPG. |
|  |  |
| b) | Apresentar **a Planilha Orçamento - Execução de Serviços (ANEXO N.º 06) com os valores unitários atualizados, conforme proposta apresentada**, na data da apresentação da garantia contratual na FAUEPG. |
|  |  |
| c) | Apresentação, na data prevista para a assinatura do contrato, do **cronograma físico-financeiro, de acordo com a proposta apresentada**, na PRECAM/UEPG (Prefeitura do Campus). |
|  |  |
| d) | Fazem parte da presente licitação a Minuta do Contrato **(ANEXO N.º 05),** os respectivos quantitativos constantes da Planilha Orçamentos dos Serviços **(ANEXO N.º 06),** a Especificação dos Serviços **(ANEXO N.º 07)** e Projetos (**ANEXOS N.º 08 ao 12**), os quais serão considerados como parte integrante do presente Edital. |
|  |  |
| e) | A empresa não poderá ceder ou subcontratar o objeto desta licitação a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem prévia autorização. |
|  |  |
| f) | Deverá atender ainda as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho aprovadas pela Portaria n.º 3.214 de 08/06/78 e suas atualizações, com especial ênfase à NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção). |

|  |  |
| --- | --- |
| **12 -** | **DO PREÇO** |

|  |  |
| --- | --- |
| **12.1** | As tabelas de custos unitários compostos de serviços da Construção Civil apropriada e praticada pela Pró-Reitoria de Planejamento da UEPG, corresponde a custos de materiais e mão de obra, inclusive encargos sociais e trabalhistas. |

|  |  |
| --- | --- |
| **12.2** | O preço máximo da licitação é obtido pela incidência da taxa de benefício e despesas indiretas - BDI sobre o custo global da obra ou serviço. |

|  |  |
| --- | --- |
| **12.3** | O valor do Contrato será aquele oferecido em sua Proposta Comercial. |

|  |  |
| --- | --- |
| **12.4** | O preço unitário e global estabelecido no Contrato inclui os custos necessários à perfeita execução do seu objeto, englobando, mas não se limitando, os itens principais seguintes: |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | a) | Todos os materiais, inclusive transporte até o local da (s) obra (s). |
|  | b) | Toda a mão de obra, especializada ou não. |
|  | c) | Todas as despesas com equipamento, telefonia, energia, água e saneamento. |
|  | d) | Todas as despesas com profissionais, consultores, técnicos, desenhistas, encarregados, topógrafos, ou seja, todo o pessoal necessário à direção, execução, controle e administração da obra. |
|  | e) | Todas as despesas com alojamento, transporte, alimentação, seguros pessoais contra acidentes, assistência médica, previdência social e, em especial, todos os ônus e encargos decorrentes do fiel cumprimento dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Legislação de Higiene e Segurança no Trabalho, Legislação Tributária e demais textos legais relacionados ao pessoal empregado. |
|  | f) | Todas as despesas decorrentes de seguros contra acidente de trabalho, incêndios, inundações, depredações, descargas elétricas e atmosféricas, bem como resultante de caso fortuito, ou de força-maior, que possam causar danos às obras ou serviços, no todo ou em parte, ou a terceiros, que resultem direta ou indiretamente da ação ou omissão da CONTRATADA. |
|  | g) | Despesas com a execução, manutenção e retirada de todas as instalações provisórias necessárias à execução da obra. |
|  | h) | Todas as despesas com demolição ou remoção necessárias à execução do objeto ajustado. |
|  | i) | Todas as despesas financeiras e tributárias incidentes sobre o objeto de Contrato. |
|  | j) | Todas as despesas decorrentes de infração de posturas e regulamentos. |
|  | k) | Despesas relacionadas ao controle de qualidade. |
|  | l) | Despesas com a limpeza integral dos serviços após a conclusão dos trabalhos. |
|  | m) | Outras despesas que se revelem próprias da natureza da atividade do executor. |

|  |  |
| --- | --- |
| **13 -** | **DOS PRAZOS** |

|  |  |
| --- | --- |
| **13.1** | A FAUEPG estabelecerá, para a execução dos Contratos, prazo máximo de: |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | a) | O prazo para a apresentação da **garantia contratual** (na forma do item 21 do edital e de acordo com o prazo de vigência do Contrato) é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação para esse fim, expedida pela FAUEPG. |
|  |  |  |
|  | b) | Após a apresentação da **garantia contratual**, o Contrato será encaminhado à Prefeitura do Campus da UEPG, que convocará a Licitante para **assinatura do Contrato, Aceite da Ordem de Serviço e apresentação do cronograma físico-financeiro, de acordo com a proposta apresentada**, em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação expedida para esse fim. Uma via do Contrato, devidamente assinado pelo Presidente da FAUEPG, será encaminhado à CONTRATADA pela FAUEPG. |
|  |  |  |
|  | c) | O prazo previsto para execução dos serviços é de **até 30 (trinta) dias** corridos, contados a partir da emissão e aceite da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado e aceito pela Administração, na forma da lei. |
|  |  |  |
|  | d) | **O prazo de vigência do Contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado e aceito pela Administração, na forma da lei. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **13.2** | A CONTRATADA deverá iniciar a execução da obra no prazo de 05 (cinco) dias corridos da data do aceite da Ordem de Serviço emitida pelo Administrador da Prefeitura do Campus (PRECAM/UEPG). | |
|  |  |  |
|  | a) | Se a CONTRATADA deixar de assinar o aceite da Ordem de Serviço após 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que foi comunicado para tal assinatura, dar-se-á o início a contagem do prazo de execução. |
|  |  |  |
|  | b) | Se, imotivadamente a CONTRATADA não iniciar os serviços após 05 (cinco) dias corridos da data do aceite da Ordem de Serviço, o Contrato estará automaticamente rescindido, sem prejuízo das penalidades cabíveis. |
|  |  |  |
| **13.3** | Toda a prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela FAUEPG, observadas as devidas formalidades legais. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **14 -** | **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **14.1** | Durante a duração da obra, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo (a) Administrador da Prefeitura do Campus ou por representante devidamente designado, permitida a assistência de terceiros, devendo: | |
|  |  |  |
|  | a) | Promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro; e |
|  | b) | Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento. |

|  |  |
| --- | --- |
| **14.2** | O fiscalizador da obra pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **14.3** | A **licitante vencedora** providenciará e manterá **Diário de Obra** (conforme modelo fornecido pela PRECAM/UEPG - Prefeitura do Campus), onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro: | |
|  |  |  |
|  | a) | Diariamente será dada ciência do preenchimento do Diário à Unidade encarregada da fiscalização dos serviços; |
|  | b) | Ao final da obra o Diário de Obra ficara de propriedade da UEPG. |

|  |  |
| --- | --- |
| **14.4** | O representante da Prefeitura do Campus – PRECAM/UEPG, anotará no Diário de Obra, fornecido pela **licitante vencedora,** todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, destacando a primeira via de cada página, para seu controle e arquivo. A segunda via será destacada e arquivada pela licitante vencedora, ficando a terceira via no próprio Diário. |

|  |  |
| --- | --- |
| **14.5** | A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela FAUEPG e pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, durante o período da obra, para representá-la sempre que for necessário. |

|  |  |
| --- | --- |
| **14.6** | Nos horários previamente acordados com o gerenciador do contrato ou por pessoa por ele indicada, durante toda a execução do contrato, o engenheiro ou responsável técnico, deverá comparecer no local de execução da obra ou na PRECAM/UEPG (Prefeitura do Campus). |

|  |  |
| --- | --- |
| **15 -** | **DO PAGAMENTO** |

|  |  |
| --- | --- |
| **15.1** | A (s) nota (s) fiscal (ais) deverão ser emitidas em nome da **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**, CNPJ/MF sob n.º 08.574.460/0001-35, Rua Siqueira Campos, n.º 99, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná. |
|  |  |
|  | As medições serão realizadas conforme abaixo: |
|  |  |
|  | Única medição: 30 dias após a assinatura e aceite da Ordem de Serviço ou no término da obra. |

|  |  |
| --- | --- |
| **15.2** | O pagamento será efetuado no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** após requerimento protocolado pela CONTRATADA, será realizado em conta corrente junto ao Banco **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, para conta corrente de outros bancos **poderá** haver cobrança de tarifa (conforme tabela vigente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL), deverá estar acompanhado da medição (expedida pela PRECAM) e fica condicionado a apresentação dos seguintes documentos |

|  |  |
| --- | --- |
| a) | **Única Medição:** |
| - | Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA) da obra; |
| - | Comprovante de inscrição (CEI) da obra junto ao INSS; se couber |
| - | Alvará de Licença para Construção, obtido junto a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa; se couber |
| - | Cronograma físico-financeiro; |
| - | Ordem de Serviço; |
| - | Prova de pagamento do pessoal; |
| - | **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, conforme Portaria Conjunta da PGFN/RFB n.° 1.751, de 02/10/2014. A certidão deve estar em plena validade; |
| - | **Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Estado (Tributos Estaduais)** onde for sediada a empresa, em plena validade; |
| - | **Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Município (Tributos Municipais)** onde for sediada a empresa, em plena validade; |
| - | **Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal, em plena validade; |
|  | **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente ([http://www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br/)), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei n.º 12.440/11, em plena validade; |
| - | Lista do (s) empregado (s) que trabalharam na obra, vistada pelo fiscal da mesma; |
| - | Prova do vínculo empregatício dos empregados que laboraram na obra; |
| - | Comprovante de pagamento de 13.º salário e férias aos empregados, quando devidos; |
| - | Comprovante de recolhimento do PIS; |
| - | Comprovante de pagamento do ISS incidente sobre o serviço, de acordo com o Código Tributário Municipal. |
| - | Termo de Recebimento Provisório; |
| - | Entrega na PROPLAN/UEPG do projeto “as built” (como construído), os arquivos eletrônicos dos projetos, com todas as modificações realizadas ao longo da execução da obra em CD em versão de AutoCAD 2000 ou AutoCAD 14, além dos conjuntos de cópias plotadas em papel normal. Todos os documentos relativos aos projetos, deverão ser entregues via protocolo endereçado à PROPLAN/UEPG; |
| - | Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS da edificação (CND da Obra ou Construção); |
| - | Certidão do habite-se expedido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, se couber. |

* **Obs.: Caso se constate irregularidade na fatura ou documentação apresentada, a FAUEPG devolverá à CONTRATADA, para as devidas correções, considerando-a como não recebida para efeito de prazo de pagamento.**

|  |  |
| --- | --- |
|  | O termo definitivo será emitido pela PRECAM/UEPG, em **até 30 (trinta) dias** após a entrega do termo provisório, na forma da Lei n.º 8.666/93. |

|  |  |
| --- | --- |
| Obs. | **Em decorrência da exigência de apresentar, entre outros documentos, a Certidão Negativa junto ao INSS da edificação (CND da Obra ou Construção) para receber os valores da última medição, poderá, mediante solicitação protocolada a FAUEPG, a CONTRATADA requerer a antecipação de até 30% (trinta por cento) da parcela final, limitada a somatória do valor da folha de pagamento do pessoal da obra e os respectivos encargos sociais (FGTS e INSS). Tal solicitação somente poderá ser efetuada se acompanhada de todos os documentos exigidos para quitação da referida medição, excetuando-se a Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS da edificação (CND da Obra ou Construção). O saldo final da última medição somente será liberado mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS da edificação (CND da Obra ou Construção).** |

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Caso a CONTRATADA tenha optado por prestar garantia na modalidade caução em dinheiro, a CONTRATANTE poderá autorizar o pagamento integral da parcela final, independentemente da apresentação da CND da Obra ou Construção, ficando retido integralmente o valor da caução prestada, até que a empresa cumpra a obrigação de entregar a Certidão Negativa da edificação junto ao INSS.** |

|  |  |
| --- | --- |
| **15.3** | Será efetuada a retenção de tributos e contribuições (IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP), por ocasião do pagamento das Notas Fiscais/Fatura emitidas por pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, consoante previsão do artigo 64, da Lei 9.430 de 27/12/96, e Instrução Normativa SRF n.º 480, publicada no Diário Oficial da União de 29/12/2004. |

|  |  |
| --- | --- |
| **15.4** | Para viabilização do pagamento deverão ser fornecidos os seguintes dados: a) Banco: nome e código; b) Agência: nome e código; e c) número da conta corrente (completo). |

|  |  |
| --- | --- |
| **15.5** | O processamento do depósito com observância dos dados fornecidos na Proposta constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, ficando a Contratada responsável por quaisquer consequências decorrentes da apresentação inexata dos dados bancários. |

|  |  |
| --- | --- |
| **15.6** | Em caso de inadimplência da CONTRATADA, se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o mesmo, pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração. |

|  |  |
| --- | --- |
| **15.7** | Em caso de prorrogação de prazo de execução da obra, excepcionalmente, as datas das medições vincendas serão estendidas de período de tempo igual àquele da prorrogação. |

|  |  |
| --- | --- |
| **16 -** | **DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA** |

|  |  |
| --- | --- |
| **16.1** | Caberá à **licitante vencedora** providenciar, junto ao **CREA/PR**, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente. |
|  |  |
| **16.2** | Os responsáveis técnicos pelos serviços a serem desenvolvidos deverão ter vínculo formal com a **licitante vencedora** e deverão ser os indicados na fase de habilitação do certame licitatório. |
|  |  |
| **16.3** | A substituição do responsável técnico somente poderá ocorrer mediante prévia autorização da FAUEPG, devendo o novo responsável técnico possuir a mesma qualificação técnica do substituído. |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **17 -** | **DOS RECURSOS** | | |
|  |  | | |
| **17.1** | Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei de Licitações cabem: | | |
|  |  |  | |
|  | 1) | Recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: | |
|  |  | a) | Habilitação ou inabilitação do licitante; |
|  |  | b) | Julgamento das propostas; |
|  |  | c) | Anulação ou revogação da licitação; |
|  |  | d) | Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento; |
|  |  | e) | Rescisão do Contrato; |
|  |  | f) | Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa. |
|  |  |  | |
|  | 2) | Representação, no prazo de 2 (dois) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico; | |
|  |  |  | |
|  | 3) | Pedido de reconsideração, de declaração de inidoneidade para licitar com a Administração da FAUEPG, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato. | |
|  |  |  | |
|  | 4) | Os recursos deverão ser apresentados em 01 (uma) via original, contendo razão ou denominação social, CNPJ (por via impressa, carimbo padronizado ou datilografado), datados, devidamente fundamentados e assinados pelo representante legal da empresa, dirigidos ao Presidente da FAUEPG, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação. | |
|  |  |  | |
|  | 5) | As peças recursais poderão ser protocoladas, no horário das 9h30 às 11h30 e das 14h às 17h, na FAUEPG, sito à Rua Siqueira Campos, n.º 99, Bairro Uvaranas, 84.031-030- Ponta Grossa - PR - Tel. (42) 3220-3497. | |

**18. DAS PENALIDADES**

**18.1** A inadimplência sujeitará o fornecedor às seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo, nos termos do Art. 150 e seguintes da Lei Estadual n.º 15.608/07:

1. Advertência;

Aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e contratação, tais como: houver recusa para a assinatura do Contrato ou da ordem de serviço; for ultrapassado o prazo para a assinatura do Contrato ou da ordem de serviço; não for iniciada a execução da obra em 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de serviço, sem justificativa; for interrompido o fornecimento de material; for paralisada a realização da obra; não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; atrasar por mais de 05 (cinco) dias, a execução da obra, sem justificativa; não executar os serviços perfeitamente de acordo com as orientações que lhe forem fornecidas; dificultar os trabalhos da fiscalização; informar inexatamente a CONTRATANTE sobre os serviços contratados; ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato, sem a devida autorização; incorrer em quaisquer outras omissões ou negligências não especificadas nos itens anteriores, ou descumprir obrigação contratual.

1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

A multa será aplicada dentre outros motivos: houver recusa para a assinatura do Contrato ou da ordem de serviço; for ultrapassado o prazo para a assinatura do Contrato ou da ordem de serviço; não for iniciada a execução da obra em 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de serviço, sem justificativa; for interrompido o fornecimento de material; for paralisada a realização da obra; não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; atrasar por mais de 05 (cinco) dias, a execução da obra, sem justificativa; não executar os serviços perfeitamente de acordo com as orientações que lhe forem fornecidas; dificultar os trabalhos da fiscalização; informar inexatamente a CONTRATANTE sobre os serviços contratados; ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato, sem a devida autorização; não mantiver sua proposta; apresentar declaração falsa; incorrer em quaisquer outras omissões ou negligências não especificadas nos itens anteriores, ou descumprir obrigação contratual.

A multa a que se refere a presente alínea não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual n.º 15.608/07. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

Aplicada ao licitante que: recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração; não mantiver sua proposta; abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução contratual.

A aplicação da sanção prevista observará as seguintes regras: prazo de duração de até 2 (dois) anos; e impedimento da participação da sancionada em procedimentos promovidos pela Entidade Estatal que a aplicou, sem prejuízo do disposto no Art. 158 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

1. Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração da FAUEPG, pelo prazo de 5 (cinco) anos; e

Será aplicada a quem: fizer declaração falsa na fase de habilitação; apresentar documento falso; frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento; afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ou agir de má fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico; tenham sofrido condenação judicial definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica, definidos na Lei Federal n.º 8.158/91; tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade administrativa, na forma da lei; a participante que fizer declaração falsa sobre o atendimento dos requisitos de habilitação, quando ficar caracterizada sua má-fé.

1. Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

**18.2** A aplicação das sanções compete ao Presidente da FAUEPG.

**18.3** As sanções decorrentes do processo administrativo serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

**18.4** A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a responsabilização da licitante inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à FAUEPG.

**18.5** No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

|  |  |
| --- | --- |
| **19 -** | **CONDIÇÕES GERAIS** |

|  |  |
| --- | --- |
|  | O Contrato Administrativo **(ANEXO N.º 05)** resultante desta licitação será em tudo regido pela Lei n.º 8.666/93 alterada pela Lei n.º 8.883/94, pela Lei n.º 9.648, publicada no Diário Oficial da União em 28 de maio de 1998 e pela Lei Estadual n.º 15.608 publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 16 de agosto de 2007. |

|  |  |
| --- | --- |
| **20 -** | **DA GARANTIA** |

|  |  |
| --- | --- |
| **21.1** | Será exigida da licitante vencedora, **para a assinatura do Contrato**, prestação de garantia em favor da CONTRATANTE, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato que poderá ser administrado pela CONTRATADA, em uma das seguintes modalidades abaixo, previstas no art. 56 § 1.° da Lei n.º 8.666/93 e art. 102 § 1.° da Lei Estadual n.º 15.608/07: |
| **I -** | Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; |
| **II -** | Seguro-garantia; |
| **III -** | Fiança bancária. |

|  |  |
| --- | --- |
| **20.1.1** | Caberá à CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia acima. |
|  |  |
| **20.1.2** | A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, por parte do fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. |
|  |  |
| **20.1.3** | Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora: |
| a) | Somente poderá ser levantada após a execução do Contrato. Quando em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base na variação da poupança. **O depósito deverá ser feito na Caixa Econômica Federal (104), Agência 3186, Conta PJ – Operação 003, Conta Corrente n.º125-8**, em nome da FAUEPG – Conta Caução. |
| b) | Poderá, a critério da CONTRATANTE, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída; |
| c) | Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais. |
| d) | Caso a CONTRATADA tenha optado por prestar garantia na modalidade caução em dinheiro, a CONTRATANTE poderá autorizar o pagamento integral da parcela final, independentemente da apresentação da CND da Obra ou Construção, ficando retido integralmente o valor da caução prestada, até que a empresa cumpra a obrigação de entregar a Certidão Negativa da edificação junto ao INSS. |
| e) | O Valor da garantia será alterado sempre que houver modificação no contrato original e nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no §3.° do artigo 102 da Lei Estadual n.º 15.608/2007. |
| f) | **O prazo de validade da apólice, nos casos de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser, de no mínimo, o prazo previsto para vigência do Contrato.** |
|  |  |
| **20.1.4** | **Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação para esse fim, expedida pela UEPG, será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato.** |

|  |  |
| --- | --- |
| **21 -** | **DA VISITA TÉCNICA** |

|  |  |
| --- | --- |
| **21.1** | A Declaração de Visita Técnica exigida no **ANEXO N.º 01** do presente edital, está prevista no inciso III do Art. 76 da Lei Estadual n.º 15.608/2007. |
|  |  |
| **21.2** | O licitante poderá vistoriar o objeto, até a data limite para apresentação dos envelopes, em horário previamente marcado com a secretaria da Prefeitura do Campus – PRECAM, através do telefone **(42) 3220-3016**. A visita será realizada na sede da Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme endereço abaixo: |
|  |  |
|  | **Universidade Estadual de Ponta Grossa** |
|  | **Av. Gen. Carlos Cavalcanti, 4748** |
|  | **Campus em Uvaranas** |
|  | **Ponta Grossa – Paraná** |
|  | **84.030-900** |

|  |  |
| --- | --- |
| **21.3** | Considerando que a visita/vistoria técnica é facultativa, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento do local ou o grau de dificuldade de execução do objeto como justificativa para o descumprimento de obrigações inerentes ao contrato. Também os licitantes não poderão alegar a falta de conhecimento ou o grau de dificuldade de execução dos serviços como justificativa para eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto desta licitação. |

|  |  |
| --- | --- |
| **22 -** | **DISPOSIÇÕES FINAIS** |

|  |  |
| --- | --- |
| a) | É de inteira responsabilidade do proponente a interpretação do Edital. |
| b) | A Comissão Permanente de Licitação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da habilitação ou proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório. |
| c) | As questões omissas e divergências quanto a aspectos desta licitação serão resolvidas de conformidade com a Lei, normas administrativas e, judicialmente, no Foro da Comarca de Ponta Grossa. |
| d) | Fazem parte da presente licitação os respectivos anexos: |
|  |  |
| - | Modelo de Declaração de Conhecimento de todas as informações e condições Locais/Físicas para cumprimento das obrigações **(ANEXO N.º 01)** |
| - | Modelo de Proposta **(ANEXO N.º 02)** |
| - | Modelo de Declaração de Situação de Regularidade **(ANEXO N.º 03)** |
| - | Declaração Dando Ciência que Cumpre Plenamente os Requisitos de Habilitação e Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte **(ANEXO N.º 04)** |
| - | Minuta do Contrato **(ANEXO N.º 05)** |
| - | Planilha Orçamento dos Serviços **(ANEXO N.º 06)** |
| - | Especificação dos Serviços **(ANEXO N.º 07)** |
| - | Projetos (**ANEXO N.º 08).** |

Ponta Grossa, 22 de janeiro de 2018.

Carlos Alberto Volpi

Presidente da FAUEPG

# ANEXO N.º 01

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**

LICITAÇÃO - FAUEPG – **CONVITE N.º 001/2018**

**DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA** (MODELO)

**Nome da empresa**

**Papel Timbrado**

Declaro, para os fins de direito, sob as penalidades da lei, que a empresa ..................................................................., com inscrição no CNPJ n.º......................................, sediada na..........................................................................................., neste ato representada por seu engenheiro pertencente ao quadro permanente da proponente (sócio ou profissional com vínculo empregatício) que será o responsável técnico pela execução do objeto da licitação, ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes da obra, tomei conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação: **Contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário para Adequação de Pontos de Lógica e Elétrica da Biblioteca (Campus em Uvaranas)**.

Ponta Grossa, .................... de .........................de 2018.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Assinatura ...................................................................

*(Responsável Técnico)*

Nome:

CREA/CAU n.º:

Título do Engenheiro/Arquiteto:

**OBS: O engenheiro/arquiteto que visitar a**

**obra obrigatoriamente deverá**

**assinar o Contrato como responsável**

**técnico da CONTRATADA.**

### ANEXO N.º 02

**PROPOSTA COMERCIAL**

1. **DADOS DA EMPRESA:**

|  |  |
| --- | --- |
| Razão Social: |  |
| CNPJ: |  |
| Endereço: |  |
| Fone/Fax: |  |
| E-mail: |  |
| Nome para Contato: |  |
| Banco: |  |
| Agência: |  |
| Conta Corrente: |  |

**2 – DO DESCONTO OFERTADO À LICITAÇÃO - FAUEPG/CONVITE N.º 001/2018**.

|  |  |
| --- | --- |
| **DESCONTO PROPOSTO (%)** | Desconto: x,xx%\_\_\_\_\_\_\_\_( \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) |

**ATENÇÃO:** O percentual de desconto proposto deverá incidir linearmente sobre todos os preços unitários e BDI constantes da planilha de serviços (**ANEXO N.º 06**) e demais valores glosados/aditados durante a execução do contrato, em estrita observância a todas as descrições previstas neste Edital e seus Anexos, sob pena de desclassificação, sendo que, para fins de classificação final das propostas será utilizado o menor valor proposto. Neste momento, **não é necessário a apresentação da planilha.**

**3 – DO PREÇO OFERTADO À LICITAÇÃO - FAUEPG/CONVITE N.º 001/2018**.

|  |  |
| --- | --- |
| **VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (R$)** | R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_( \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), sendo:  Material: R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_( \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)  Mão de obra: R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_( \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) |

**O valor global é resultado da aplicação do percentual de desconto proposto**

**4 – PRAZO DE EXECUÇÃO:** até **............** (.........................) dias, conforme Ordem de Serviço a ser expedida pela Prefeitura do Campus Universitário (PRECAM).

**5 – O PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA** é de ..... (.................) dias corridos, contados da data da sessão de abertura dos envelopes de propostas.

**6 – MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:**

A Proponente **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa **ou** Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3.° da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4° do referido artigo.

Ponta Grossa, em ............... de ............... 2018.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| assinatura do representante legal |  |  | assinatura do responsável técnico |
| Nome do Representante Legal |  |  | Nome do Responsável Técnico |
|  |  |  | Título Profissional: |
|  |  |  | N.º Carteira Profissional: |

**ANEXO N.º 03**

Modelo Declaração

**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE**

**Nome da empresa**

**Papel Timbrado**

Declaramos, para fins de participação no **CONVITE N.º 001/2018,** que:

* Declaramos para os fins de direito, a inexistência de fato impeditivo e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Nos termos do Art. 32, § 2.º da Lei n.º 8.666/93, comprometemo-nos, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento da FAUEPG, qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação;
* Declaramos aceitar expressamente todas as condições fixadas nos Documentos de Licitação, e, eventualmente, em seus Anexos e Suplementos, no que não conflitarem com a legislação em vigor;
* Cumprimos com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
* Declaramos, outrossim, que nos submetemos a qualquer decisão que a Universidade Estadual de Ponta Grossa venha a tomar na escolha da **Proposta** vencedora, obedecidos os critérios estabelecidos na licitação em curso, reconhecendo, ainda, que não teremos direito a nenhuma indenização em virtude de anulação ou cancelamento da presente licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....................., ....... de .....................de 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura do representante legal da Licitante)

**ANEXO N.º 04**

Modelo Declaração

**Nome da empresa**

**Papel Timbrado**

# DECLARAÇÃO

O signatário da presente, o senhor ***(inserir o nome completo)***, representante legalmente constituído da proponente ***(inserir o nome da proponente)***, declara sob as penas da Lei que:

Cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no procedimento licitatório, na modalidade **CONVITE N.º 001/2018**, instaurado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa - FAUEPG

1. Sendo declarada vencedora e verificado que não reúne os requisitos de habilitação necessários a contratação, estou ciente que será aplicada à empresa a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do inciso III do Art. 150 da Lei Estadual n.º 15.608/07.
2. Declara sob as penas da Lei, que a mesma **ESTÁ ESTABELECIDA** sob o regime legal de **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme conceito legal e fiscal de nosso ordenamento pátrio, **nos termos do art. 3° da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4° do referido artigo***.*

....................., ....... de .....................de 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura do representante legal da Licitante)

**OBSERVAÇÃO:**

**- Apresentar juntamente com esta declaração, obrigatoriamente, os documentos listados nas alíneas a) ou b), conforme o caso, do item 5.9 do edital.**

**- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO IMPLICARÁ NA EXCLUSÃO DO INTERESSADO NESTA LICITAÇÃO.**

**\*\*\*\* APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES \*\*\***

**ANEXO N.º 05**

**MINUTA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO PARA ADEQUAÇÃO DE PONTOS DE LÓGICA E ELÉTRICA DA BIBLIOTECA (CAMPUS EM UVARANAS)**

**Contrato n.º ..../2018**

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**, instituída por Escritura Pública lavrada no Cartório Correia – 2º Tabelionato – da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, às folhas 101 a 114 do livro 323-E, em 04 de dezembro de 2006, dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sem fins lucrativos e por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.574.460/0001-35, com sede na Rua Siqueira Campos, n.º 99, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná, doravante denominada FAUEPG, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Carlos Alberto Volpi, , portador da Cédula de Identidade (RG) n.º 1.520.385-4 SSP/PR e do CPF n.º 339.155.479-72, residente e domiciliado a Rua Leopoldo de Almeida Taques, 19 – Uvaranas, CEP 84031-360 Ponta Grossa - PR , daqui por diante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa ......................, situada a Rua ............, ...... na cidade de ................., Estado ............, inscrita no CNPJ/MF sob n.º ........................., neste ato representada pelo seu Diretor e Representante Legal, Sr. ..............., CREA/PR ....................., CPF/MF sob o n.º ......................., acham-se justos e contratados, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA 1.ª - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente a **Contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário para Adequação de Pontos de Lógica e Elétrica da Biblioteca (Campus em Uvaranas)**, conforme estipulações constantes do procedimento licitatório levado a efeito sob a modalidade **CONVITE N.º 001/2018**, devidamente homologado pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA 2.ª - DA EXECUÇÃO**

A CONTRATADA se declara em condições de executar o objeto deste Contrato em estrita observância das condições contratuais e proposta apresentada.

**CLÁUSULA 3.ª - DA DOCUMENTAÇÃO**

Ficam fazendo parte integrante deste Contrato o ato convocatório da licitação e anexos, proposta da CONTRATADA e parecer de julgamento.

**Parágrafo Único** - Serão incorporados a este Contrato, mediante termos aditivos, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, e alterações nos prazos e normas gerais da execução do objeto do presente.

**CLÁUSULA 4.ª - DO VALOR**

O valor global do Contrato é R$ \_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), sendo: Material: R$ \_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_) e Mão de obra: R$ \_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)**.**

**Parágrafo Único**. O valor global do Contrato é o resultado da aplicação do percentual de desconto proposto \_\_\_% (\_\_\_\_ por cento), que incidirá linearmente sobre todos os preços unitários e BDI constantes da planilha de serviços (**ANEXO N.º 06**) e demais valores glosados/aditados durante a execução do contrato, em estrita observância a todas as descrições constantes do procedimento licitatório levado a efeito sob a modalidade **CONVITE N.º 001/2018**.

**CLÁUSULA 5.ª - DO PAGAMENTO**

|  |  |
| --- | --- |
| **5.1** | A (s) nota (s) fiscal (ais) deverão ser emitidas em nome da **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**, CNPJ/MF sob n.º 08.574.460/0001-35, Rua Siqueira Campos, n.º 99, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná. |
|  |  |
|  | As medições serão realizadas conforme abaixo: |
|  |  |
|  | Única medição: 30 dias após a assinatura e aceite da Ordem de Serviço; |

|  |  |
| --- | --- |
| **5.2** | O pagamento será efetuado no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** após requerimento protocolado pela CONTRATADA, será realizado em conta corrente junto ao Banco **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, para conta corrente de outros bancos **poderá** haver cobrança de tarifa (conforme tabela vigente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL), deverá estar acompanhado da medição (expedida pela PRECAM) e fica condicionado a apresentação dos seguintes documentos |

|  |  |
| --- | --- |
| a) | **Única Medição:** |
| - | Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA) da obra; |
| - | Comprovante de inscrição (CEI) da obra junto ao INSS; se couber |
| - | Alvará de Licença para Construção, obtido junto a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa; se couber |
| - | Cronograma físico-financeiro; |
| - | Ordem de Serviço; |
| - | Prova de pagamento do pessoal; |
| - | **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, conforme Portaria Conjunta da PGFN/RFB n.° 1.751, de 02/10/2014. A certidão deve estar em plena validade; |
| - | **Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Estado (Tributos Estaduais)** onde for sediada a empresa, em plena validade; |
| - | **Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Município (Tributos Municipais)** onde for sediada a empresa, em plena validade; |
| - | **Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal, em plena validade; |
|  | **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente ([http://www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br/)), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei n.º 12.440/11, em plena validade; |
| - | Lista do (s) empregado (s) que trabalharam na obra, vistada pelo fiscal da mesma; |
| - | Prova do vínculo empregatício dos empregados que laboraram na obra; |
| - | Comprovante de pagamento de 13.º salário e férias aos empregados, quando devidos; |
| - | Comprovante de recolhimento do PIS; |
| - | Comprovante de pagamento do ISS incidente sobre o serviço, de acordo com o Código Tributário Municipal. |
| - | **Termo de Recebimento Provisório;** |
| - | **Entrega na PROPLAN/UEPG do projeto “as built” (como construído), os arquivos eletrônicos dos projetos, com todas as modificações realizadas ao longo da execução da obra em CD em versão de AutoCAD 2000 ou AutoCAD 14, além dos conjuntos de cópias plotadas em papel normal. Todos os documentos relativos aos projetos, deverão ser entregues via protocolo endereçado à PROPLAN/UEPG;** |
| - | **Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS da edificação (CND da Obra ou Construção);** |
| - | **Certidão do habite-se expedido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, se couber.** |

|  |  |
| --- | --- |
|  | O termo definitivo será emitido pela PRECAM/UEPG, em **até 30 (trinta) dias** após a entrega do termo provisório, na forma da Lei n.º 8.666/93. |

|  |  |
| --- | --- |
| Obs. | **Em decorrência da exigência de apresentar, entre outros documentos, a Certidão Negativa junto ao INSS da edificação (CND da Obra ou Construção) para receber os valores da última medição, poderá, mediante solicitação protocolada a FAUEPG, a CONTRATADA requerer a antecipação de até 30% (trinta por cento) da parcela final, limitada a somatória do valor da folha de pagamento do pessoal da obra e os respectivos encargos sociais (FGTS e INSS). Tal solicitação somente poderá ser efetuada se acompanhada de todos os documentos exigidos para quitação da referida medição, excetuando-se a Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS da edificação (CND da Obra ou Construção). O saldo final da última medição somente será liberado mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS da edificação (CND da Obra ou Construção).** |

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Caso a CONTRATADA tenha optado por prestar garantia na modalidade caução em dinheiro, a CONTRATANTE poderá autorizar o pagamento integral da parcela final, independentemente da apresentação da CND da Obra ou Construção, ficando retido integralmente o valor da caução prestada, até que a empresa cumpra a obrigação de entregar a Certidão Negativa da edificação junto ao INSS.** |

|  |  |
| --- | --- |
| **5.3** | Será efetuada a retenção de tributos e contribuições (IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP), por ocasião do pagamento das Notas Fiscais/Fatura emitidas por pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, consoante previsão do artigo 64, da Lei 9.430 de 27/12/96, e Instrução Normativa SRF n.º 480, publicada no Diário Oficial da União de 29/12/2004. |

|  |  |
| --- | --- |
| **5.4** | Para viabilização do pagamento deverão ser fornecidos os seguintes dados: a) Banco: nome e código; b) Agência: nome e código; e c) número da conta corrente (completo). |

|  |  |
| --- | --- |
| **5.5** | O processamento do depósito com observância dos dados fornecidos na Proposta constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, ficando a Contratada responsável por quaisquer consequências decorrentes da apresentação inexata dos dados bancários. |

|  |  |
| --- | --- |
| **5.6** | Em caso de inadimplência da CONTRATADA, se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o mesmo, pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração. |

|  |  |
| --- | --- |
| **5.7** | Em caso de prorrogação de prazo de execução da obra, excepcionalmente, as datas das medições vincendas serão estendidas de período de tempo igual àquele da prorrogação. |

**CLÁUSULA 6.ª - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **6.1** | Durante a duração da obra, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo (a) Administrador da Prefeitura do Campus ou por representante devidamente designado, permitida a assistência de terceiros, devendo: | |
|  |  |  |
|  | a) | Promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro; e |
|  | b) | Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento. |

|  |  |
| --- | --- |
| **6.2** | O fiscalizador da obra pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **6.3** | A **CONTRATADA** providenciará e manterá **Diário de Obra** (conforme modelo fornecido pela PRECAM - Prefeitura do Campus), onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro: | |
|  | a) | Diariamente será dada ciência do preenchimento do Diário à Unidade encarregada da fiscalização dos serviços; |
|  | b) | Ao final da obra o Diário de Obra ficara de propriedade da Universidade Estadual de Ponta Grossa. |

|  |  |
| --- | --- |
| **6.4** | O representante da Prefeitura do Campus – PRECAM, anotará no Diário de Obra, fornecido pela CONTRATADA, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, destacando a primeira via de cada página, para seu controle e arquivo. A segunda via será destacada e arquivada pela CONTRATADA, ficando a terceira via no próprio Diário. |

|  |  |
| --- | --- |
| **6.5** | A CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa, durante o período da obra, para representá-la sempre que for necessário. |

|  |  |
| --- | --- |
| **6.6** | Nos horários previamente acordados com o gerenciador do contrato ou por pessoa por ele indicada, durante toda a execução do contrato, o engenheiro ou responsável técnico, deverá comparecer no local de execução da obra ou na PRECAM (Prefeitura do Campus). |

**CLÁUSULA 7.ª - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**7.1** Caberá a **CONTRATANTE:**

|  |  |
| --- | --- |
| I) | Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do serviço; |
| II) | Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da CONTRATADA; |
| III) | Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio da Unidade fiscalizadora da Prefeitura do Campus Universitário - PRECAM; |
| IV) | Impedir que terceiros executem os serviços objeto desta licitação; |
| V) | Autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido e aprovado pela Prefeitura do Campus - PRECAM e aprovado pela Administração, desde que comprovada a necessidade deles; |
| VI) | Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela Prefeitura do Campus - PRECAM ou com as especificações constantes do edital e seus Anexos; |
| VII) | Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes do **ANEXO N.º 06**; |
| VIII) | Convocar, a qualquer momento, os técnicos da CONTRATADA, envolvidos no serviço, para prestar esclarecimentos ou sanar problemas; |
| IX) | Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes, por intermédio da Unidade fiscalizadora da Prefeitura do Campus – PRECAM. |

**7.2** Caberá à **CONTRATADA**:

|  |  |
| --- | --- |
| I) | Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público; |
| II) | Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Universidade Estadual de Ponta Grossa, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o órgão; |
| III) | Manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Universidade Estadual de Ponta Grossa; |
| IV) | Responder pelos danos causados diretamente à Universidade Estadual de Ponta Grossa ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura do Campus - PRECAM da Universidade Estadual de Ponta Grossa; |
| V) | Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução da obra; |
| VI) | Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na obra ou no recinto da Universidade Estadual de Ponta Grossa; |
| VII) | Assumir inteira e total responsabilidade pela execução do projeto, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas da obra a executar; |
| VIII) | Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços efetuados referentes à obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização; |
| IX) | Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente; |
| X) | Remover o entulho e todos os materiais que sobrarem, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final; |
| XI) | Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo; |
| XII) | Permitir, aos técnicos da Prefeitura do Campus - PRECAM da Universidade Estadual de Ponta Grossa e àqueles a quem a UEPG formalmente indicar, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com a obra; |
| XIII) | Manter o Diário de Obra, conforme modelo fornecido pela PRECAM; |
| XIV) | Comunicar à Prefeitura do Campus - PRECAM da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário; |
| XV) | Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela Prefeitura do Campus - PRECAM da Universidade Estadual de Ponta Grossa e pelos atrasos acarretados por essa rejeição; |
| XVI) | Responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços avençados, bem como por ensaios, testes ou provas necessárias, inclusive os mal executados; |
| XVII) | Providenciar, às suas expensas, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a fiscalização da Prefeitura do Campus - PRECAM da Universidade Estadual de Ponta Grossa julgar necessário; |
| XVIII) | Providenciar, após o recebimento da nota de empenho, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA/PR, entregando uma via à Prefeitura do Campus - PRECAM da Universidade Estadual de Ponta Grossa; |
| XIX) | Exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-a à Unidade de fiscalização da Prefeitura do Campus - PRECAM da Universidade Estadual de Ponta Grossa, quando solicitado; |
| XX) | Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços avençados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos; |
| XXI) | Submeter à aprovação da Prefeitura do Campus - PRECAM da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o (s) nome (s) e o (s) dado (s) demonstrativo (s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado; |
| XXII) | Submeter à Prefeitura do Campus - PRECAM da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sempre que solicitado, as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução; |
| XXIII) | Solicitar, por escrito, autorização à fiscalização da PRECAM quando da execução de serviços nos sábados, domingos e feriados; |
| XXIV) | Durante o período de garantia, a licitante vencedora deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, atender aos chamados da Prefeitura do Campus - PRECAM da Universidade Estadual de Ponta Grossa no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial; |
| XXV) | Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos; |
| XXVI) | Remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no local da obra; |
| XXVII) | Cumprir cada uma das normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho; |
| XXVIII) | Manter, durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação; e |
| XXIX) | Demais obrigações especificadas no presente contrato e no edital de licitação. |

**8.1** À CONTRATADA caberá, ainda:

|  |  |
| --- | --- |
| a) | Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **FAUEPG** e **Universidade Estadual de Ponta Grossa**; |
| b) | Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Universidade Estadual de Ponta Grossa; |
| c) | Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à obra, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e |
| d) | Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação. |

**8.2** A inadimplência da **licitante**, com referência aos encargos estabelecidos na **Condição** anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da **Universidade Estadual de Ponta Grossa**, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a **licitante vencedora** renuncia expressamente a qualquer vínculo de subsidiariedade, solidariedade, ativa ou passiva, para com a **FAUEPG** e **Universidade Estadual de Ponta Grossa**.

|  |
| --- |
| CLÁUSULA 9.ª - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS |

**9.1** Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

|  |  |
| --- | --- |
| a) | Apresentação da **garantia contratual** (na forma do item 21 do edital e de acordo com o prazo de vigência do Contrato) na FAUEPG. |
|  |  |
| b) | Apresentar **a Planilha Orçamento - Execução de Serviços (ANEXO N.º 06) com os valores unitários atualizados, conforme proposta apresentada**, na data da apresentação da garantia contratual na FAUEPG. |
|  |  |
| c) | Apresentação, na data prevista para a assinatura do contrato, do **cronograma físico-financeiro, de acordo com a proposta apresentada**, na PRECAM/UEPG (Prefeitura do Campus). |
|  |  |
| d) | Fazem parte da presente licitação a Minuta do Contrato **(ANEXO N.º 05),** os respectivos quantitativos constantes da Planilha Orçamentos dos Serviços **(ANEXO N.º 06),** a Especificação dos Serviços **(ANEXO N.º 07)** e Projetos (**ANEXOS N.º 08 ao 12**), os quais serão considerados como parte integrante do presente Edital. |
|  |  |
| e) | A empresa não poderá ceder ou subcontratar o objeto desta licitação a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem prévia autorização. |
|  |  |
| f) | Deverá atender ainda as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho aprovadas pela Portaria n.º 3.214 de 08/06/78 e suas atualizações, com especial ênfase à NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção). |

**CLÁUSULA 10 - DA CESSÃO OU SUBCONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA não poderá ceder ou subcontratar o objeto deste Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem prévia autorização.

**CLÁUSULA 11 - DOS CUSTOS DIRETOS E/OU INDIRETOS**

Fica expressamente estabelecido que o pagamento do valor contratual, inclui todos os custos diretos e/ou indiretos, requeridos para a execução do objeto deste Contrato, de acordo com as condições estipuladas no ato convocatório e especificações, incluindo todas as despesas com materiais, mão de obra, encargos sociais, seguros, perdas eventuais, transportes, equipamentos, ferramentas, combustíveis, despesas administrativas, assistência técnica, lucro, impostos, despesas decorrentes de infração de posturas e regulamentos, despesas relacionadas ao controle de qualidade, despesas com a limpeza integral dos locais dos serviços após a conclusão dos trabalhos e demais encargos.

**Parágrafo Único**. Todos os elementos da obra constantes dos projetos que acompanham o Edital terão a sua execução obrigatória dentro do preço global proposto, mesmo que tenham sido omitidos nas especificações.

**CLÁUSULA 12 - DAS PENALIDADES**

**12.1** A inadimplência sujeitará o fornecedor às seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo, nos termos do Art. 150 e seguintes da Lei Estadual n.º 15.608/07:

1. Advertência;

Aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e contratação, tais como: houver recusa para a assinatura do Contrato ou da ordem de serviço; for ultrapassado o prazo para a assinatura do Contrato ou da ordem de serviço; não for iniciada a execução da obra em 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de serviço, sem justificativa; for interrompido o fornecimento de material; for paralisada a realização da obra; não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; atrasar por mais de 05 (cinco) dias, a execução da obra, sem justificativa; não executar os serviços perfeitamente de acordo com as orientações que lhe forem fornecidas; dificultar os trabalhos da fiscalização; informar inexatamente a CONTRATANTE sobre os serviços contratados; ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato, sem a devida autorização; incorrer em quaisquer outras omissões ou negligências não especificadas nos itens anteriores, ou descumprir obrigação contratual.

1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

A multa será aplicada dentre outros motivos: houver recusa para a assinatura do Contrato ou da ordem de serviço; for ultrapassado o prazo para a assinatura do Contrato ou da ordem de serviço; não for iniciada a execução da obra em 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de serviço, sem justificativa; for interrompido o fornecimento de material; for paralisada a realização da obra; não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; atrasar por mais de 05 (cinco) dias, a execução da obra, sem justificativa; não executar os serviços perfeitamente de acordo com as orientações que lhe forem fornecidas; dificultar os trabalhos da fiscalização; informar inexatamente a CONTRATANTE sobre os serviços contratados; ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato, sem a devida autorização; não mantiver sua proposta; apresentar declaração falsa; incorrer em quaisquer outras omissões ou negligências não especificadas nos itens anteriores, ou descumprir obrigação contratual.

A multa a que se refere a presente alínea não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual n.º 15.608/07. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

Aplicada ao licitante que: recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração; não mantiver sua proposta; abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução contratual.

A aplicação da sanção prevista observará as seguintes regras: prazo de duração de até 2 (dois) anos; e impedimento da participação da sancionada em procedimentos promovidos pela Entidade Estatal que a aplicou, sem prejuízo do disposto no Art. 158 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

1. Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração da FAUEPG, pelo prazo de 5 (cinco) anos; e

Será aplicada a quem: fizer declaração falsa na fase de habilitação; apresentar documento falso; frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento; afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ou agir de má fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico; tenham sofrido condenação judicial definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica, definidos na Lei Federal n.º 8.158/91; tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade administrativa, na forma da lei; a participante que fizer declaração falsa sobre o atendimento dos requisitos de habilitação, quando ficar caracterizada sua má-fé.

1. Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

**12.2** A aplicação das sanções compete ao Presidente da FAUEPG.

**12.3** As sanções decorrentes do processo administrativo serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

**12.4** A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a responsabilização da licitante inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à FAUEPG e a UEPG.

**12.5** No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**CLÁUSULA 13 - DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo entre as partes, por iniciativa da FAUEPG, por descumprimento de suas cláusulas ou pelos motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei n.º 8.666/93 e no art. 128 e seguintes da Lei Estadual n.º 15.608/07.

**CLÁUSULA 14 - DA COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE ENCARGOS**

Fica assegurado à CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais e fiscais decorrentes da execução deste Contrato.

**Parágrafo Único**. A CONTRATANTE não assume qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária às obrigações devidas pela CONTRATADA a terceiros oriundas do presente Contrato, conforme art. 71 da Lei n.º 8.666/93 e art. 121 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

**CLÁUSULA 15 – DOS PRAZOS**

|  |  |
| --- | --- |
| **15.1** | A UEPG estabelecerá, para a execução dos Contratos, prazo máximo de: |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | a) | O prazo para a apresentação da **garantia contratual** (na forma do item 21 do edital e de acordo com o prazo de vigência do Contrato) é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação para esse fim, expedida pela FAUEPG. |
|  |  |  |
|  | b) | Após a apresentação da **garantia contratual**, o Contrato será encaminhado à Prefeitura do Campus da UEPG, que convocará a Licitante para **assinatura do Contrato, Aceite da Ordem de Serviço e apresentação do cronograma físico-financeiro, de acordo com a proposta apresentada**, em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação expedida para esse fim. Uma via do Contrato, devidamente assinado pelo Presidente da FAUEPG, será encaminhado à CONTRATADA pela FAUEPG. |
|  |  |  |
|  | c) | O prazo previsto para execução dos serviços é de **até 30 (trinta) dias** corridos, contados a partir da emissão e aceite da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado e aceito pela Administração, na forma da lei. |
|  |  |  |
|  | d) | **O prazo de vigência do Contrato será de 120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado e aceito pela Administração, na forma da lei. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **15.2** | A CONTRATADA deverá iniciar a execução da obra no prazo de 05 (cinco) dias corridos da data do aceite da Ordem de Serviço emitida pelo Administrador da Prefeitura do Campus (PRECAM/UEPG). | |
|  |  |  |
|  | a) | Se a CONTRATADA deixar de assinar o aceite da Ordem de Serviço após 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que foi comunicado para tal assinatura, dar-se-á o início a contagem do prazo de execução. |
|  |  |  |
|  | b) | Se, imotivadamente a CONTRATADA não iniciar os serviços após 05 (cinco) dias corridos da data do aceite da Ordem de Serviço, o Contrato estará automaticamente rescindido, sem prejuízo das penalidades cabíveis. |
|  |  |  |
| **15.3** | Toda a prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela FAUEPG, observadas as devidas formalidades legais. | |

**CLÁUSULA 16 - DO REAJUSTE**

Os preços inicialmente contratados permanecerão inalterados durante a vigência deste Contrato.

**CLÁUSULA 17 - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 15.608/07, as quais regem o presente Contrato, e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA 18 - DA GARANTIA**

A CONTRATADA deverá prestar garantia de **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, cabendo-lhe optar, quando da assinatura do Contrato, por uma das três modalidades previstas no § 1° do Art. 56 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 102 § 1.° da Lei Estadual n.º 15.608/07.

**O depósito em dinheiro, deverá ser feito na Caixa Econômica Federal (104), Agência 3186, Conta Pessoa Jurídica – Operação 003, Conta Corrente n.º 125-8**, **em nome da FAUEPG – Conta Caução.**

**CLÁUSULA 19 - DO GERENCIADOR DO CONTRATO**

Fica nomeado como gestor do presente contrato o Sr. Carlos Alberto Volpi, presidente da FAUEPG, responsável por todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**Parágrafo Único.** A CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço para representá-lo na execução do Contrato.

**CLÁUSULA 20 - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Ponta Grossa como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias iguais e rubricadas para os fins de direito e na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Ponta Grossa, de de 2018

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |
| CONTRATADA |  |  | Carlos Alberto Volpi |
|  |  |  | Presidente da FAUEPG |
|  |  |  |  |
| Testemunha |  |  | Testemunha |
|  |  |  |  |

**ANEXO N.º 06**

Pró-Reitoria de Planejamento

O r ç a m e n t o - base / Serviços

**OBRA: ADEQUAÇÃO DE PONTOS DE LÓGICA E ELÉTRICA DA BIBLIOTECA**

| **Item** | **Código SEIL** | **Discriminação** | **Qtde.** | **Un** | **Preço unitário** | **Preço global** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **1** |  | **INSTALAÇÕES DE LÓGICA** |  |  |  |  |
|  |  | **Fornecimento e instalação de ponto de rede de lógica, incluindo fiações, caixas, tomadas, conectores, interligação a rede de lógica existente (verificar com NTI) e o que mais necessário ao perfeito funcionamento da rede de lógica.** |  |  |  |  |
| 101 | PM | Fornecimento e instalação de RACK de piso 12U 570mm com porta de vidro temperado | 1,00 | gb | 900,85 | 900,85 |
| 102 | PM | Fornecimento e instalação de cabo estrutura UTP 4P, categoria 6, de 4 pares trançados composto de condutores sólidos de cobre nu, 23 AWG, isolados em polietileno especial. Capa externa em PVC não propagante à chama, na opção CM e na cor azul. Atender as normas ANSI/TIA/EIA-568B.2-1 (Balanced Twisted Pair Cabling Components) e ISO/IEC-11801. (Ref. AMP, FURUKAWA, POLICOM ou equivalente) | 2.112,00 | m | 2,77 | 5.850,24 |
| 103 | PM | Fornecimento e instalação de tomadas duplas RJ45 para canaletas sistema X, código 675038 PIAL ou similar | 25,00 | pç | 33,32 | 833,00 |
| 104 | PM | Fornecimento e instalação de patch panel categoria 6, um para cada rack | 3,00 | pç | 924,00 | 2.772,00 |
| 105 | PM | Fornecimento e instalação de patch cord cat 6e RJ45 2,0m, para todos os pontos | 50,00 | pç | 9,36 | 468,00 |
| 106 | PM | Fornecimento de patch cord cat 6e RJ45 3,0m. Para as salas do rack | 16,00 | pç | 12,22 | 195,52 |
| 107 | PM | Fornecimento e instalação de perfilado perfurado 38x38mm, em barras de 3,00 m (ref. Mopa ou equivalente) para interligação das tomadas, incluindo todos os acessórios, tais como: conexões, e demais complementos necessários para a perfeita instalação | 15,00 | m | 14,00 | 210,00 |
| 108 | 2685 | Fornecimento e instalação de eletrodutos de PVC rígido 1", cor cinza aparente, linha eletrowetzel, da Wetzel ou similar em barras de 3,00m e acessórios: conexões e demais complementos necessários para a perfeita instalação. | 46,00 | m | 4,95 | 227,70 |
| 109 | PM | Fornecimento e instalação de perfís “U” de alumínio com dimensões de (25,4x50,8x25,4x3,17)mm para fixação dos eletrodutos da rede wirelles, incluindo abraçadeiras, parafusos e tudo o mais para a perfeita fixação | 37,00 | m | 68,00 | 2.516,00 |
| 110 | PM | Fornecimento e instalação de canaletas sistema "X" (50x20)mm, incluindo conexões e acessórios. | 220,00 | m | 34,23 | 7.530,60 |
| 111 | 90436 | Furos nas paredes de alvenaria e divisórias, com diâmetro menor ou igual a 40mm para passagem dos cabos de lógica e elétrica | 19,00 | ud | 11,49 | 218,31 |
| **SUB TOTAL DO ITEM 1 (LÓGICA)** | | |  |  |  | **21.722,22** |
| **2** |  | **INSTALAÇÕES DE ELÉTRICA** |  |  |  |  |
| 201 | 83566 | Fornecimento e instalação de tomadas duplas para canaletas sistema “X”, 2P + T, 10A para tensão de 250 Volts. | 18,00 | pç | 19,48 | 350,64 |
| 202 | PM | Fornecimento e instalação de plugues fêmeas para extensão 2P+T 10A, para interligação das tomadas das mesas. | 100,00 | pç | 16,86 | 1.686,00 |
| 203 | PM | Fornecimento e instalação de plugue macho para extensão 2P+T 10A, para interligação das tomadas das mesas. | 200,00 | pç | 15,52 | 3.104,00 |
| 204 | 91926 | Cabo flexivel 2,5mm² 750V | 340,00 | m | 2,91 | 989,40 |
| 205 | PM | Fornecimento e instalação de canaletas sistema "X" (50x20)mm, incluindo conexões e acessórios. | 140,00 | m | 34,23 | 4.792,20 |
| **SUB TOTAL DO ITEM 2 (ELÉTRICA)** | | |  |  |  | **10.922,24** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **S U B T O T A L D A PLANILHA** | | |  |  |  | **32.644,46** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **B D I D E 30%** | | |  |  |  | **9.793,34** |
|  | | |  |  |  |  |
| **T O T A L D A P L A N I L H A I N C L U S O B D I** | | |  |  |  | **42.437,80** |

Importa o presente orçamento em R$ 42.437,80 (Quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).

Ponta Grossa, janeiro de 2018.

**Prof.ª Eng.ª Gabriela Mazureki Campos Bahniuk Élvio Hilbert**

**CREA PR – 94.132 / D Diretoria de Planejamento Físico / PROPLAN**

**Pró-Reitora de Planejamento / PROPLAN Diretor**

Observações:

**item a. - As relações de materiais apresentadas na planilha, são meramente orientativas, todos os materiais, estruturas e equipamentos que eventualmente faltarem para a execução dos serviços, ocorrerão por conta da Empresa Contratada, por isso, sugere-se uma conferência prévia e, qualquer dúvida contatar com a PROPLAN.**

item b - O presente orçamento foi elaborado com base em consulta a tabela de composição de serviços da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná – SEIL – fevereiro de 2017. Saliento que foram utilizadas outras fontes para a formação do preço, em especial, quando não encontrado o serviço na citada tabela utilizou-se o menor valor entre consultas ao comércio e a prestadores de serviços locais.

Item c. - CUB referência mês de dezembro de 2017 – R-1 padrão normal com desoneração R$ 1.785,26 / m²

Item d. - O prazo previsto para execução da referida obra é de 30 dias.

**ANEXO N.º 07**

E s p e c i f i c a ç ã o - O b r a s C i v i s

**Obra: ADEQUAÇÃO DE PONTOS DE ELÉTRICA E LÓGICA DA BIBLIOTECA**

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

As adequações serão executadas no Campus Uvaranas, prédio da Biblioteca Central Prof. Faris Michaele. Localizado na Zona Leste da cidade, em imóvel da UEPG. O objetivo dessa adequação se destina a melhoria das instalações, onde serão instaladas tomadas elétricas e lógica em paredes de alvenaria e divisórias existentes, através de canaletas sistema “X” e eletrodutos. Nessas salas deverão ser instaladas tomadas elétricas, adequação da parte elétrica com instalação de tomadas e fiações, assim como na rede de lógica, com instalação de Rack de piso e tomadas. Para uma perfeita execução das instalações de lógica, a **contratada** deverá entrar em contato com o administrador do NTI da UEPG para melhores informações sobre os equipamentos, cabos e acessórias a instalar.

Toda a mão-de-obra a ser empregada na readequação da rede elétrica e lógica, seja ela direta ou indireta, inclusive o recolhimento dos seus encargos sociais, se houverem, será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**.

Será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, qualquer acidente que venha a ocorrer com o seu pessoal contratado ou a de terceiros durante a vigência do presente contrato em razão da obra. Será ainda de sua responsabilidade qualquer dano ou prejuízo causado a propriedade da **CONTRATANTE**, bem como o pagamento de toda e qualquer indenização exigida em razão de negligência ou má condução da obra.

A **CONTRATADA** fornecerá Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução.

Os serviços não aprovados pela Fiscalização da Prefeitura do Campus Universitário - (PRECAM) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ou que se apresentarem defeituosos em sua execução, ou em desacordo com este Memorial Descritivo devem ser refeitos por conta exclusiva da **CONTRATADA**, nos prazos determinados pela **CONTRATANTE** e sem qualquer ônus adicional para a UEPG.

Todo material a ser empregado deve ser fornecido pela **CONTRATADA,** e previamente submetidos e aprovados pela fiscalização da (PRECAM/UEPG), exceto os equipamentos da rede wirelles que serão fornecidos pela **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** ao apresentar o preço para execução desta readequação da rede elétrica e lógica esclarecerá que:

1. As recomendações constantes das presentes especificações prevalecem sobre o projeto;
2. Não teve dúvidas na interpretação do projeto apresentado;
3. Visitou o local da obra, inspecionou os pontos de origem das redes elétricas e lógicas existentes e necessários à execução da readequação. A Fiscalização da (PRECAM/UEPG) deve atestar a visita.

**1 INSTALAÇÕES DE LÓGICA**

**Instalações**

Fornecimento e instalação de eletrodutos bitola 1" aparentes, cor cinza, linha eletrowetzel, da Wetzel ou similar, em barras de 3,00 m com luvas de emenda, abraçadeiras de PVC cinza, parafusos de fixação, buchas e arruelas terminais e demais acessórios que se fizerem necessários. Nas salas de forro plano, os eletrodutos serão instalados sobre o forro até os pontos “WiFi”. Nas salas de forro inclinado, os eletrodutos serão instalados na altura das luminárias, fixados em perfís “U” de alumínio, onde esses serão fixados nos perfilados das luminárias através de parafusos, conforme indicado no projeto.

Fornecimento e instalação de perfilados perfurados de (38x38)mm, sobre o forro para alimentação do ponto wirelles na sala de atendimento.

Fornecimento e instalação de perfís “U” de alumínio, com as dimensões de (25,4x50,8x25,4x3,17)mm para apoio dos eletrodutos, nas salas de forro inclinado, esses perfís deverão ser parafusados nos perfilados das luminárias. Os eletrodutos deverão ser fixados nos perfís através de abraçadeiras, que servirão para alimentação dos equipamentos Wirelles.

Os equipamentos “Wifi” serão fornecidos pela UEPG.

Deverão ser executados furos em paredes de alvenaria e divisórias em MDF para passagem das canaletas sistema “X”.

1. Condições Gerais

1.1. Ficarão a cargo da EMPRESA CONTRATADA todos os serviços de instalações.

1.2. Os eletrodutos internos deverão ser construídos com base em PVC extrudado (não corrugado), com prevenção de propagação de fogo.

2. Condições Específicas

**2.1. Normas e Padrões**

A execução dos serviços deverá sempre obedecer às normas da ABNT no seu geral e ao projeto em particular.

As normas e padrões a serem obedecidos são as seguintes (últimas edições):

- NBR 14565: Procedimento Básico para Elaboração de Projetos de Cabeamento de Telecomunicações para Rede Interna Estruturada, Jul/2000;

- NBR 14565:2006 (Revisão);

- ANSI/TIA/EIA 568 B - Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;

- ANSI/TIA/EIA 569A - Commercial Building Standard for Telecommunications Pathways and Spaces;

- ANSI/TIA/EIA 606 – Administration Standard for the Telecommunications Infrastructure of Commercial Buildings;

- ANSI/TIA/EIA 607 - Commercial Building Grounding and Bonding Requirements for Telecommunications.

- EN 50174-1: Information technology – cabling installation – Part 1: Specification and quality assurance.

- EN 50174-2: Information technology – cabling installation – Part 2: Installation and planning practices inside buildings.

- EN 50174-2: Information technology – cabling installation – Part 3: Installation and planning practices external to buildings.

- BRASILTELECOM: Manual de redes telefônicas internas, tubulação telefônica em prédios;

- CONCESSIONÁRIA: Padrões da Concessionária de telefonia;

- e outras que as completam.

**2.2. Rack de comunicação**

Deverá ser instalado um rack de comunicação, para fixação no piso 12U e 570 mm de profundidade, porta de vidro temperado, local indicado em projeto, na sala de Acervos Monográficos.

No rack de piso deverá ser instalado patch panels, guia de cabos e régua de tomadas, e dois patch panels nos racks existentes, sendo um em cada rack.

As ligações dos switches aos patch panels deverão ser feitas utilizando patch cords de 1,5m.

**2.3 Ligação entre os racks**

Deverá ser utilizado cabo categoria 6e para a interligação entre os racks.

**2.4. Distribuição de Lógica**

Foram definidos ao todo 50 pontos de telecomunicação para fins de telefonia e lógica (utilizando tecnologia VoIP).

Através do rack de piso serão derivadas as ligações para os pontos de telecomunicação das salas da Seleção, Avaliação e Restauro. Os pontos de lógica sairão do rack de piso a instalar e dos racks existentes e serão guiados através de canaletas sistema “X”, fixadas nas paredes de alvenaria e divisórias em MDF. As curvas necessárias deverão possuir no máximo 90 graus e com raio de curvatura não inferior a 6 vezes o diâmetro do duto. Estes parâmetros da norma tem o intuito de evitar a deformação/deterioração do cabo durante a sua instalação ou durante sua vida útil.

Os eletrodutos serão a ligação entre a eletrocalha e os pontos de tomadas. Estes deverão ser embutidos na parede. A sua terminação se dará nas tomadas onde serão instalados os conectores fêmea distribuídos pelas salas.

**2.5. Tomadas de Lógica**

As tomadas serão duplas e instaladas em canaletas sistema “X”, contendo espelho com terminal RJ-45 cat.6, em quantidades de 25 unidades.

**2.6. Padrões de Conectorização RJ-45**

Visando padronizar o cabeamento, a norma prevê duas possibilidades de conectorização, no que se refere à disposição dos pares nos conectores padrão RJ-45. Estes padrões, denominados 568A e 568B, podem ser utilizados indistintamente, observando-se apenas que, ao optar por uma configuração, a conectorização em todos os dispositivos (Patch Panel, RJ-45 macho e fêmea) deverá ser feitas da mesma forma. A escolha da padronização será o padrão 568A.

**2.7. Cabeamento Estruturado**

**2.7.1. Especificação do Cabo**

O cabo deverá ser apropriado para rede estruturada, categoria 6, e será do tipo pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu # 23 AWG, isolados em composto especial, capa externa em PVC não propagante à chama.

**2.7.2. Topologia do Cabeamento**

Será utilizada uma topologia em estrela, isto é, cada ponto de telecomunicações localizado na Área de Trabalho será interligado a um único cabo dedicado até um painel de conexão (patch panel) instalado no rack e então até os switches usando um patch Cord de 1,5m.

**2.7.3. Distâncias Máximas Permitidas**

O comprimento máximo de um segmento horizontal, isto é, a distância entre o equipamento eletrônico instalado no Rack e a estação de trabalho é de 100 metros. As normas TIA/EIA 568-A e ISO 11801 definem as distâncias máximas do cabeamento horizontal independente do meio físico considerando duas parcelas desse subsistema.

O comprimento máximo de um cabo horizontal será de 90 metros. Essa distância deve ser medida do ponto de conexão mecânica no rack, centro de distribuição dos cabos, até o ponto de lógica instalado na parede ou piso.

Os 10 metros de comprimento restantes são permitidos para os cabos de estação, cabos de manobra e cabos do equipamento.

**2.7.4. Raio de Curvatura**

Deverá ser mantido um raio de curvatura no máximo 6 vezes o diâmetro do cabo (cabos de 4 pares).

**2.8. Sistema de Aterramento**

O rack deverá ser conectado ao condutor de proteção (terra).

O aterramento do sistema de telecomunicações, barramento de equipotencialização de telecomunicações (BET), deverá ser ligado ao sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) da edificação, através de fio de cobre 4 mm² com eletroduto rígido de PVC 3/4”.

**2.9. Interligações e Emendas**

As interligações dos eletrodutos às caixas de ligação ou passagem, e caixas de distribuição deverão ser efetuadas por meio de buchas de alumínio.

**2.10. Materiais de Infraestrutura**

A infraestrutura representa o conjunto de componentes necessários ao encaminhamento e passagem dos cabos, para aplicações multimídia, transmissão de dados, voz e imagem em todos os pontos da edificação, assim como os produtos necessários à instalação dos componentes ativos do sistema que compõem uma rede local. Fazem parte dessa classificação os seguintes materiais: caixas de superfície, espelhos planos, conectores, eletrodutos, dutos, buchas, parafusos, porcas e arruelas.

Adotaremos como recomendação para o modelo básico de infraestrutura o sistema composto pordutos e eletrodutos. Esse sistema de encaminhamento de cabos permite uma excelente flexibilidade e capacidade de expansão com custo reduzido.

**2.10.1 Duto Aéreo**

Para a instalação de um sistema de eletrocalhas**,** deve-se, obrigatoriamente, utilizar as derivações (curvas, flanges, "Ts", desvios, cruzetas, reduções etc...) nas medidas e funções compatíveis. Obrigatoriamente essas derivações devem ser do tipo suave, não contendo ângulos agudos que superem o mínimo raio de curvatura dos cabos, prejudicando o desempenho do sistema.

Para a fixação das eletrocalhas existem vários dispositivos, destacando-se os suportes para suspensão. A distância entre os suportes não deve ser superior a 2,5 metros.

Para os dutos aéreos recomenda-se do tipo liso ventilado, produzido em chapa de aço carbono de espessura de 14 msg, (1,98mm), sem emendas ou soldas, com abas para instalação de tampas acabamento por imersão a quente com banho de zinco. Dimensões conforme projeto e planilha de materiais.

Referência: Sisa, Marvitec, Friulim, Mopa ou similar.

**2.10.2. Eletrodutos**

Eletrodutos devem ser utilizados em locais com baixa densidade de cabos, ou em prumadas verticais. Assim, são recomendados para encaminhamento dentro das salas, apartir de uma derivação específica da eletrocalha. Utilizar bitola 1” (25 mm). Deve-se evitar utilização de eletrodutos em comprimentos superiores a 45 metros ( com ou sem caixas de passagem).

Um segmento contínuo de eletrodutos não poderá ter comprimento superior a 30 metrose nesse mesmo intervalo não deve possuir mais do que duas curvas abertas de 90 graus. Caso esses valores sejam atingidos, deve-se instalar uma caixa de passagem ou condulete com tampa.

Devem ser utilizadas apenas curvas de 90 graus do tipo suave. Não são permitidas curvas fechadas de 90 graus.

**Especificações**

**Item 1 - Rack 12U 570mm**

Deverá possuir plano de fixação frontal padrão 19” perfurado para porca gaiola, com furação de ½ em ½ U

Deverá possuir porta de vidro temperado de espessura mínima de 3mm

Deve permitir a passagem de cabos tanto na parte superior quanto na parte inferior.

**Item 2** **- Régua de tomadas padrão 19” 1U**

Régua de tomadas padrão 19” contendo no mínimo 6 tomadas e capacidade máxima de 10A.

**Item 3 - Guia de cabos**

Guia de cabos fechados 19” 1U

**Item 4** **- Patch Panel Categoria 6e**

Requisitos mínimos:

* Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG.
* Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro.
* Largura de 19", conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-310D e altura de 1U ou 44,45 mm para Patch Panel 24 posições e 2U ou 88,90 mm para Patch Panel 48 posições.
* Disponível em pinagem T568A e T568B.
* Atende FCC part 68.5 (EMI - Indução Eletromagnética).
* Fornecer guia traseiro para melhor organização dos cabos.

**Itens 5 e 6 - Cabeamento Estruturado para Redes de Dados**

Deverá incluir passagem dos cabos nos pontos definidos em projeto.

Deverá incluir a instalação de conetor RJ-45 Fêmea em uma extremidade e conexão com patch panel no rack na outra extremidade.

Deverá incluir dutos, calhas e o que mais for necessário para o seu perfeito funcionamento.

**a) - Categoria 6e**

Todos os equipamentos da categoria 6e devem superar os requisitos para redes Gigabit sobre cabos metálicos.

**b) – Cabeamento categoria 6e**

Cabeamento para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos das normas ANSI/TIA/EIA-568B.2 e ISO/IEC 11801, Categoria 6e.

Requisitos mínimos:

* Cabo de 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Capa externa em PVC não propagante à chama.
* Diâmetro nominal de 5,2mm, massa líquida 26 kg/km.
* NVP (Velocidade Nominal de Propagação) = 68%.

**c) - Conector RJ-45 Categoria 6e**

Requisitos mínimos:

* Corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0).
* Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54µm de níquel e 1,27 µm de ouro.
* Possibilidade de fixação de ícones de identificação diretamente sobre tampa de proteção frontal articulada.
* Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG.
* 19", conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-310D e altura de 1U ou 44,5 mm para Patch Panel 24 posições e 2U ou 88,90 mm para Patch Panel 48 posições
* Disponível em pinagem T568A e T568B.

**Itens 7 e 8 Patch cord categoria 6e (2,0 e 3,0 m)**

* Contatos dos conectores com 50 micropolegadas de ouro.
* Configurações 568/A
* Exceder as características TIA/EIA 568 B.1 para CAT. 5e e ISO/IEC 11.801.
* Montado e testado 100% em fábrica.

**Justificativa de Padronização**

A Universidade Estadual de Ponta Grossa é usuária dos serviços de informática prestados por diversas soluções e equipamentos da marca Extreme Networks, dentre eles equipamentos de rede, protocolos de rede e telefonia IP homologada para a marca Extreme Networks. Dessa forma, a contratação, pretende ampliar e padronizar a quantidade de equipamentos da marca Extreme Networks, dentre eles equipamentos e serviços para atendimento às novas demandas, utilizando-se das seguintes premissas.

Compatibilidade com o ambiente em uso: cada fabricante implementa recursos adicionais que geram melhor performance em seus produtos,

1. assim sendo, a melhor forma de garantir a total compatibilidade e funcionalidade da solução é utilizar produtos do mesmo fabricante;
2. Homologação com o ambiente de uso: os equipamentos Extreme Networks possuem homologação da Aastra Telecom, fabricante da solução de telefonia IP existente na Universidade.
3. Proteção ao investimento: já existe um significativo investimento aplicado em soluções e equipamentos da marca Extreme Networks e é necessário proteger esse investimento dando continuidade nas aquisições com produtos 100% compatíveis com os existentes;
4. Conhecimento técnico: a utilização da solução e equipamentos da marca Extreme Networks prevê conhecimentos específicos da tecnologia. Nas contratações realizadas, foram ministrados treinamentos com repasse da tecnologia, visando aprimorar e orientar a equipe dos profissionais do Centro de Processamentos de Dados na utilização da tecnologia de rede do fabricante Extreme Networks.

***Detalhes e orientações poderão ser obtidos junto ao NTI da Universidade.***

**\* OBSERVAÇÃO:- A empresa contratada agendará junto à fiscalização de obras da PRECAM/UEPG, uma reunião com o Diretor do NTI da UEPG, para que possa se inteirar e tomar conhecimento das necessidades, quantidades, formas de instalação, distribuição, etc, para a execução da obra em questão, atendendo todas as necessidades da UEPG e as normas da ABNT.**

**2 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

Ao longo das paredes em alvenaria e divisórias em MDF, a uma altura de 30 cm, conforme indicado em projeto serão instaladas 18 tomadas duplas de energia elétrica para canaletas sistema “X” do tipo 2P + T de 10 A e 250 V.

Para interligação das tomadas, será fornecida e instalada fiação elétrica de 2,5 mm² com isolamento termoplástico de 450/750V anti – chama. A fiação deverá passar em canaletas sistema “X” nas paredes e piso, sendo que no piso as instalações serão até as mesas, nas tomadas existentes dos tampos.

Fornecimento e instalação de plugues macho e fêmea para as extensões até as tomadas das mesas de estudo e mesas administrativas.

Para todas as camadas passar dois fios fase, um neutro e um terra, para possibilidade de conversão das tomadas em 127 V ou 220 V. A princípio todas as tomadas da sala deverão ser instaladas com tensão de 127 V e colocados adesivos indicando sua tensão.

Fornecimento de canaletas sistema “X” com as dimensões (50x20)mm para a correta instalação de tomadas elétricas e rede de lógicas fixadas nas paredes em alvenaria, divisórias e piso. As canaletas sistema “X” deverão ser instaladas separadas, uma para elétrica e outra para lógica.

**OBSERVAÇÃO:**

**Fica especificado neste memorial a obrigatoriedade por parte das Empresas interessadas em participar da licitação, revelar eventuais erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos ou especificações apresentadas pela UEPG.**

Ponta Grossa, janeiro de 2018.

**Élvio Hilbert**

Diretoria de Planejamento Físico / PROPLAN

Diretor

**Profº. Engª. Gabriela Mazureki Campos Bahniuk**

CREA PR – 94.132 / D

Pró-Reitora de Planejamento Físico / PROPLAN

**PROJETOS** (**ANEXO N.º 08)**

**CONFORME PROJETO (ARQUIVO DIGITAL).**

